

**Cópia:**

Do acórdão proferido nos autos de Recurso de Fiscalização Concreta da Constitucionalidade n.º 2/2021, em que é recorrente **Alex Nain Saab Moran** e entidade recorrida o **Supremo Tribunal de Justiça**

# TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

## ACÓRDÃO N.º 47/2021

**(Alex Saab v. STJ, referente a Arguição de Nulidade do Acórdão 39/2021, de 30 de agosto, por alegadas nulidades na tramitação processual, nulidades do acórdão e violação de princípios jurídicos)**

### I. Relatório

1. O Senhor **Alex Nain Saab Moran**, através de peça processual que deu entrada na secretaria do Tribunal Constitucional no dia 29 de setembro de 2021, veio arguir, conforme fundamenta, ao abrigo da remissão do artigo 1º da LA [seria da Lei do Amparo???], dos artigos 92, número 5, e 75 da Lei de Organização, Processo e Funcionamento do Tribunal Constitucional e dos artigos 575 a 577, 571, número 2, 6º, número 2, 7, número 4, e 629 a 632 do CPC, a nulidade do *Acórdão 39/2021, de 30 de agosto*, que havia julgado improcedente recurso de fiscalização concreta da constitucionalidade por ele interposto contra acórdão do Egrégio Supremo Tribunal de Justiça que confirmou a autorização judicial para a sua extradição.

2. Através do seu requerimento aparentemente arrola um conjunto de nove alegadas nulidades, parcialmente numeradas de I a VII, mas repetindo o número VII duas vezes, e arguindo também uma nulidade no “Introito” não-numerado que enquadra a peça.

2.1. No introito, doravante Arguição de Nulidade (AN)-0, argumenta que a realização da conferência de julgamento deve obedecer a determinadas regras processuais. Assim sendo, que o Acórdão seria nulo por força de suspensão da conferência no dia 19 de agosto adiada para o dia 26 do mesmo mês, na medida em que

isso seria desconforme a regras previstas pela Lei do Tribunal Constitucional e pelo Código de Processo Civil que indica.

2.2. Na segunda, correspondente à sua AN-I, prossegue alegando a nulidade do acórdão na parte dispositiva em que decidiu não declarar a inconstitucionalidade de norma decorrente do número 2 do artigo 55 e da parte final do número 3 do artigo 46 da Lei da Cooperação Judiciária Internacional em Matéria Penal, segundo a qual ao extraditando assiste o direito de deduzir oposição, mas, malgrado haver requerimento de diligência de provas testemunhais, ela só pode fundamentar-se em não ser ele a pessoa reclamada ou em que não se verificam os pressupostos da extradição. Por um lado, porque no seu entender a questão de constitucionalidade neste quesito então por ele suscitada sofreu uma relevantíssima amputação por parte do Tribunal Constitucional, e, do outro, na medida em que o acórdão terá julgado o seu recurso improcedente nesta parte em manifesta contradição com a sua fundamentação.

2.3. Na terceira, remetendo à sua AN-II, invoca a nulidade da parte do acórdão que decidiu não declarar a inconstitucionalidade de norma hipotética aplicada pelo Supremo Tribunal de Justiça no sentido de que ‘O reconhecimento de estatuto de enviado especial somente caber ao Estado de Cabo Verde, sem o qual os tribunais cabo-verdianos não podem reconhecer essa qualidade, permitindo a um tribunal cabo-verdiano negar reconhecimento de um extraditando como enviado especial, após o reconhecimento do seu estatuto tanto pelo Estado de envio como pelo Estado que o ia receber’, dado que, conforme alega, a questão por ele impugnada sofreu uma relevantíssima alteração, pois o Tribunal procurou determinar as condições para o reconhecimento do estatuto de enviado especial, ao invés de responder à questão que lhe havia sido colocada no sentido de se saber se os tribunais cabo-verdianos podem reconhecer o estatuto de enviado especial, sem que tal reconhecimento tenha sido feito pelo próprio Estado de Cabo Verde. Alega ainda que, por causa disso, haveria uma manifesta contradição entre a fundamentação e a decisão.

2.4. Na quarta, referente à sua AN-III, defende ainda a nulidade do segmento do acórdão na parte em que decidiu confirmar e declarar a inconstitucionalidade de norma hipotética decorrente dos artigos 15º, número 4, e artigos 34º, 89º e 90º do Tratado Constitutivo da CEDEAO e os Protocolos Relativos ao Tribunal de Justiça da CEDEAO

de 1991 e de 2005, que determinaria o cumprimento de decisão do TJ-CEDEAO, que o Supremo Tribunal de Justiça recusou-se a aplicar, por desconformidade com o princípio da soberania nacional. Dito isto, por aquilo que o Tribunal conseguiu entender – e teve muitas dificuldades neste segmento em particular – argumenta ainda que, embora o STJ tenha recusado a norma hipotética citada e que o facto dessa norma não ter sido aplicada por este Tribunal ser de muita relevância, não o fez com base na sua inconstitucionalidade, mas por ter entendido que para que um tratado entre em vigor na esfera jurídica interna e tenha eficácia plena em conformidade com a Constituição tem de ser assinado e ratificado. Do seu ponto de vista, o acórdão seria nulo nessa parte porque não se pronunciou sobre a questão por ele suscitada, por um lado, e por ter se pronunciado sobre questão que não devia e à margem das suas competências, do outro.

2.5. Na quinta, concernente à sua AN-IV, propõe arguição de nulidade do acórdão por falta de indicação do relator, omissão que parece equiparar a falta ou inexistência de assinatura, o que configuraria uma nulidade do acórdão e uma violação do princípio da transparência e do princípio da proteção de confiança.

2.6. Na sexta, correspondente à sua AN-V, argumenta que o acórdão é nulo por ter sido lavrado contra o vencido e por ser desconforme ao princípio da legalidade, já que teria havido uma violação do número 5 do artigo 92 da Lei do Tribunal Constitucional. Considera que, à luz dessa disposição, o relator deveria ter sido substituído por ter ficado em minoria, outro juiz assumindo o ónus de elaborar um novo projeto de acórdão, ao invés de se ter optado pela solução de redação conjunta do acórdão pelos juízes do Tribunal Constitucional.

2.7. Na sétima, que remete à sua AN-VI, apresenta fundamentação no sentido de que o acórdão seria nulo por haver oposição dos fundamentos com a decisão quanto à qualidade de arguido do extraditando e à natureza do processo de extradição, na medida em que, conforme observa, o Tribunal, embora tenha partido da premissa base de que o extraditando não é arguido, em muitas passagens do acórdão qualifica-o de arguido. Argumenta ainda que essa contradição seria manifesta pois que feito um raciocínio lógico, partindo do princípio de que a doutrina considera o extraditando arguido, a decisão tinha que ser naturalmente oposta ao que foi decidido.

2.8. Na oitava, que representa como AN-VII [A], argui a nulidade por omissão de pronúncia e contradição entre fundamentação e decisão, da parte do acórdão que decidiu por maioria, não declarar a inconstitucionalidade de norma hipotética decorrente do artigo 56, parágrafo segundo, da Lei da Cooperação Judiciária Internacional em Matéria Penal, segundo a qual “A tramitação do processo de extradição passiva não impõe que o julgamento na Relação, enquanto tribunal de primeira instância e não tribunal de recurso, seja feita em audiência, mas sim em conferência, na medida em que a lei não determina, nem direta nem indiretamente, que o extraditando seja ouvido numa segunda audiência perante o juiz”, porque entende que a questão de inconstitucionalidade que havia levantado era bem mais ampla do que aquela que foi decidida pelo Tribunal. Além de considerar que a Corte Constitucional omitiu ou esqueceu-se da palavra “publicidade” na fase da decisão, a sua questão residia no facto de que ele não tinha sido ouvido em audiência pública na fase de julgamento e não que ele estivesse a exigir que fosse ouvido duas vezes em audiência na fase de julgamento. Alega ainda que o acórdão seria nulo, porque haveria uma contradição entre a fundamentação e a decisão. Porquanto, numa parte, deriva os direitos que assistem ao extraditando do princípio do processo equitativo, e em outro segmento infere-os das garantias decorrentes do artigo 22 da Constituição.

2.9. Por último, na nona, que numera como AN-VII [B], apresenta argumentação, sem precisar a base legal para o efeito, que o acórdão no seu todo seria nulo. O mesmo consistiria numa decisão-surpresa, em violação ao princípio do contraditório, porque havia suscitado doze questões de constitucionalidade, mas, para sua surpresa, o acórdão excluiu quatro delas. Ao impedi-lo de se pronunciar sobre a supressão dessas questões e de adequar da melhor forma a sua defesa na apresentação das suas alegações orais, o acórdão seria nulo.

2.10. Conclui com fórmula petitória segundo a qual “[n]estes termos, as nulidades arguidas pelo Requerente no presente requerimento em violação dos artigos 575) a 577º, 571º, nº 2, 6º, n.º 2, 7º, n.º 4, 629 a 632 do CPC, devem ser consideradas como verificadas e procedentes e se requer que sejam suprimidas e dando por nulo e sem efeito o acórdão prolatado e, por consequência, ser emitido um outro acórdão em conformidade e regularidade com a lei”.

3. O Ministério Público, contrainteresado, notificado a se pronunciar em querendo, no dia 5 de outubro trouxe aos autos resposta onde indica que:

3.1. Seria breve porque entende que arguição de nulidade carece de fundamento, tratando-se de um expediente dilatório.

3.2. A tese do requerimento é que o Tribunal atuou em absoluta confusão, não entendendo nada do que lhe foi pedido, decidindo o que não lhe foi pedido e não decidindo nada do que lhe foi pedido. Mas que ela não traduz mais do que a discordância do requerente com a decisão prolatada, configurando um autêntico recurso, de uma decisão irrecorrível.

3.3. Em relação às contradições de fundamentação, omissões de pronúncia e excesso de pronúncia, diz que:

3.3.1. O requerente terá apresentado um desarrazoado confuso sem demonstrar as contradições, mas que, contrariamente a essas alegações, tais vícios não subsistiriam em qualquer ponto.

3.3.2. Não haveria, igualmente, nem omissão, nem excesso de pronúncia, porquanto o Tribunal não teria de apreciar todas as razões e fundamentos apresentados pelas partes, mas somente as questões postas. No acórdão impugnado, na sua opinião, o Tribunal “pronunciou-se sobre todas as questões colocadas, na justa medida em que o foram, nada omitindo, nada excedendo”.

3.4. No concernente às demais nulidades, que também não assistiria razão ao extraditando.

3.4.1. Não existiria qualquer irregularidade na assinatura ou na eventual falta de identificação do relator. Mesmo que houvesse, no caso da primeira estar-se-ia perante mera irregularidade suprável e, no da segunda, nem isso, na medida em que não se viola qualquer princípio processual civil em tais casos.

3.4.2. Não se está perante acórdão lavrado contra o vencido. Em relação ao único ponto que fez vencimento por maioria, o juiz relator que votou vencido assinou o acórdão, que, de resto, foi assinado pelos três.

3.4.3. O julgamento e elaboração do acórdão seguiram o prescrito pelo artigo 92 da Lei do Tribunal, tendo sido proferido em estrita observância do procedimento aplicável, por um coletivo de três juízes, após e na sequência de projeto apresentado pelo relator, que, todavia, não logrou obter a concordância dos outros juízes adjuntos, relativamente a um único ponto, com a intervenção plena e ativa do coletivo de juízes. Portanto, tendo a decisão sido proferida por maioria, colegialmente – o que, no seu entendimento, o Requerente sequer questiona – recorre a jurisprudência portuguesa que entendeu tratar de questão similar – na medida em que estabeleceria critério que tem por relevante – para dizer que a validação de decisão de um tribunal coletivo depende de ela refletir a vontade da maioria e não de aspetos puramente formais atinentes ao acórdão.

3.5. Conclui, dizendo que “pelo exposto, por carecer de fundamento, deve a pretensão do recorrente ser indeferida, por não existir qualquer nulidade”.

4. O Eminentíssimo Juiz Conselheiro Presidente do Tribunal Constitucional marcou sessão de julgamento para o dia 6 de outubro de 2021, data em que se realizou. Não havendo lugar a depósito de projeto de acórdão, os juízes discutiram livre e abertamente a questão e após sustentados votos, pela ordem, adotaram a decisão acompanhada dos fundamentos consensualizados que a seguir são expostos.

## **II. Fundamentação**

1. *Ab initio*, é importante reiterar que o Tribunal já havia assentado entendimento sobre a arguição de nulidades dos seus arestos,

1.1. Acolhendo uma posição geral no *Acórdão 09/2018, de 3 de maio, Rel. JC Pina Delgado, INPS v. Presidente do STJ*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 35, de 6 de junho, pp. 856-869), assentando, em sede de fiscalização concreta da constitucionalidade, que, sendo possível que os seus próprios acórdãos padeçam de vícios, nada obsta que conheça tais desafios, embora, que, tratando-se de um

recurso especial, o Tribunal pode não as conhecer no mérito caso não venham acompanhadas de fundamentação bastante, tenham propósitos meramente protelatórios ou sejam manifestamente inviáveis.

1.2. E foi articulando posições em outras decisões, nomeadamente através do *Acórdão 10/2019, de 14 de fevereiro, J.B. Delgado v. Tribunal Judicial da Comarca do Paul*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 29, de 14 de março de 2019, pp. 519-521; do *Acórdão 11/2019, de 28 de fevereiro, E.B. Whanon Ferreira v. Tribunal Judicial da Comarca do Paul*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 29, de 14 de março de 2019, pp. 521-523; do *Acórdão 19/2019, de 11 de abril, Obire v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 46, de 24 de abril de 2021, pp. 838-839; do *Acórdão 36/2021, de 30 de julho, Alex Saab v. STJ*, Rel. JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 88, de 16 de setembro de 2021, pp. 2306-2309 (número do Acórdão corrigido pela Retificação nº 149/2021, de 17 de setembro, publicada no *Boletim Oficial*, I Série, N. 89, de 17 de setembro de 2021, pp. 2319-2321); e do *Acórdão 36/2021, de 30 de julho, Alex Saab v. STJ*, Rel. JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 88, de 16 de setembro de 2021, pp. 2316-2317, que contêm elementos relevantes sobre a sua abordagem nesse tipo de caso.

1.3. Dessa jurisprudência firme e neste momento consolidada ressalta o entendimento de que a Corte não é refratária a que nulidades dos seus próprios acórdãos sejam arguidas. Porém, considerando ser um Tribunal Especial, a que a Lei Fundamental atribui diretamente uma função constitucional, pela sua natureza, intervém subsidiariamente quando uma pessoa não tiver obtido a tutela de direitos perante os outros tribunais. Realizando-se tal intervenção no quadro de um processo – o constitucional – sobre o qual esta Corte tem poderes de conformação, e constatando-se que, na maior parte das vezes, as arguições de nulidade são um isco quase irresistível ao *improbus litigator* para tentar utilizar o instituto para finalidades espúrias que prejudicam o desenrolar normal do processo com objetivos meramente dilatórios, o Tribunal Constitucional somente aprecia as alegações que se refiram claramente a causas de nulidade previstas pelo processo civil. De acordo com a sua aceção natural e nos termos dos seus requisitos inerentes, interpretados e ajustados conforme a natureza própria do processo constitucional, na medida em que aquele é desenhado, como o Tribunal já tinha

entendido, para dar vazão a pretensões meramente subjetivas ao passo que este é composto também por uma dimensão objetiva de defesa da Constituição e do seu regime de proteção de direitos. Por isso, desde sempre, assentou entendimento de que “qualquer recurso ao Código de Processo Civil além de pressupor um vazio regulatório nos diplomas que regulam o processo constitucional, depende de uma necessária adaptação à natureza pública do processo constitucional e aos valores constitucionais que persegue” (*Acórdão 6/2017, de 21 de abril, Maria de Lurdes v. STJ, Pedido de Desistência, Rel: JC Pina Delgado, publicado no Boletim Oficial, I Série, N. 27, de 16 de maio de 2017, pp. 659-668*), 3.1.2).

1.4. Quanto às demais nulidades elas devem decorrer de ilegalidades, serem como tais cominadas pela lei, ou influírem decisivamente no exame da lide constitucional e na decisão, vulnerando direito subjetivo de interveniente processual.

2. A questão de fundo em apreciação relaciona-se com a procedência de nove nulidades invocadas que servem de base ao pedido de declaração de nulidade do *Acórdão nº 39/2021, de 30 de agosto*, feito pelo ora Requerente,

2.1. Remetendo para situações distintas, posto que algumas se referem a alegadas nulidades decorrentes da tramitação do processo de fiscalização concreta da constitucionalidade (realização de Conferência de Julgamento em desconformidade com as prescrições legais e prolação de decisão-surpresa); outras, a pretensas nulidades típicas do acórdão (por omissão de pronúncia, por excesso de pronúncia e por contradição entre os fundamentos e a decisão), e, finalmente, as remanescentes sustentadas em outras causas de nulidade da decisão (falta de assinatura; acórdão prolatado contra o vencido), mas que aduzem igualmente suposta violação de princípios jurídicos (transparência, proteção da confiança e legalidade).

2.2. O Requerente considera-as verificadas e procedentes, ao passo que o Ministério Público lavrou entendimento de que carecem de fundamento, posto não haver qualquer nulidade. É este o objeto do recurso e as questões que o Tribunal enfrentará desde que, no geral, estejam preenchidos os pressupostos gerais de admissibilidade e se cada uma das arguições for individualmente cognoscível.



### 3. Feitas essas observações iniciais, o Tribunal,

3.1. Dá, sem mais considerações, por preenchidos os pressupostos gerais de competência, legitimidade e tempestividade. Neste particular, a única questão que se podia colocar se refere ao cumprimento do prazo, mas confrontando a data da notificação com a da submissão de peça, verifica-se que esta foi protocolada no último dia que o Requerente dispunha para suscitar esta espécie de incidente.

3.2. É certo que, *a priori*, consegue-se observar que muitas das arguições de nulidade, até pelo facto de não remeterem a nenhuma base legal que classifique uma ilegalidade ou irregularidade como tal, são manifestamente inviáveis e a sua extensão e falta de fundamentação indiciam pelo menos uma utilização excessiva da figura para ocupar o Tribunal com questões de reduzida utilidade até para o Requerente, o que poderia determinar a sua rejeição sumária nesta fase da análise. Ainda assim, avaliar-se-á a cognoscibilidade das alegações de nulidade colocadas de modo segmentado, seguindo-se, caso se entenda que se deva conhecê-las, a sua aferição no mérito. O Tribunal Constitucional começará a sua análise pelas alegadas nulidades na tramitação do processo, discutirá as invocadas nulidades que remetem ao mesmo tempo a causas de nulidade tipificadas e a princípios jurídicos e, finalmente, apreciará as supostas nulidades típicas do próprio aresto.

4. Quanto às primeiras, referentes à questão da suposta ilegalidade da suspensão da Conferência de Julgamento e de ter havido o que chama de decisão-surpresa, é importante salientar que possuem pressupostos temporais próprios, os quais devem ser preenchidos em espécie para que cada questão seja analisada, nomeadamente que sejam arguidas tempestivamente, tempo que pode não coincidir com o prazo para a arguição de nulidade do acórdão. Que, além disso, correspondam a uma situação que a lei declara nula ou que podendo determinar a decisão provoque algum prejuízo ao interveniente processual que a suscita. Este, enquanto tal, não se pode atribuir um papel constitucional geral de fiscal da legalidade fora dos casos em que ocorra alguma lesão a direito de sua titularidade ou interesse processual legítimo que possua. Portanto, tais ilegalidades somente se configuram em nulidades que viciam a tramitação do processo se assim a lei a cominar ou determinem o exame de uma questão ou a decisão do Tribunal e atinjam algum direito processual do Requerente.

4.1. Quanto à questão da suspensão da Conferência de Julgamento, correspondente à sua AN-0,

4.1.1. Considerando que ela, pela sua natureza, se realiza *in camera*, portanto com a presença exclusiva dos Juízes-Conselheiros e do Secretário do Tribunal, o Requerente dela só tomou conhecimento quando foi notificado do acórdão e pôde ler o Relatório, problemas de colocação tempestiva da questão não se colocam. Porém, já quanto ao eventual prejuízo que tenha sofrido com a alegada suspensão ilegal da conferência ou o direito de que é titular que foi violado o requerente nada alega, limitando-se a referir incidentalmente o facto de o Juiz-Presidente não lhe ter permitido exceder o tempo alocado pela lei para apresentar as suas alegações orais ou a referir-se muito genericamente ao prazo decisório e sugerindo não ter sido respeitado.

4.1.2. A base de alegação de nulidade do acórdão, dependeria primariamente da verificação de uma ilegalidade, posto que, no seu entendimento, ao suspender-se a audiência violou-se regras processuais expressas na Lei do Tribunal Constitucional e no Código de Processo Civil, designadamente os artigos 92, 24, alínea b) e 87, número 1, e o artigo 622, número 3, respetivamente.

4.1.3. Porém, é entendimento do Tribunal que não assiste razão ao Requerente:

Primeiro, a convocação da parte final do número 3 do artigo 622 do Código de Processo Civil não faz sentido nenhum. Ainda que, se considerado no seu complexo normativo completo, nomeadamente conjugado com os seus números seguintes, conduziria a uma orientação muito diferente da que extraiu e que pretende que este Tribunal endosse: a de que há várias situações que permitem que os tribunais superiores, mesmo os ordinários, tenham de suspender as suas conferências e que isto está previsto até pela legislação civil.

E nem sequer é necessário fazer-se qualquer remissão ao Código de Processo Civil. Nas situações em que o legislador pretendeu impor que, no Tribunal Constitucional, a discussão fosse antecedida necessariamente de existência de projeto de acórdão fê-lo consagrar expressamente na Lei do Tribunal Constitucional; quando não o fez ou permitiu que a discussão gravitasse à volta de um memorando é porque pretendeu claramente que

a discussão decorresse de forma livre com a apresentação de pontos de vista e das posições jurídicas de cada juiz e consequente formação coletiva da convicção do Tribunal. Portanto, nesta matéria, a Lei do Tribunal é autossuficiente, já consagrando as orientações normativas necessárias nesta matéria e que suportam a prática consolidada da Corte no sentido de os juízes discutirem individualmente as questões, darem os seus votos, e estabelecido o resultado, redigir-se o acórdão.

Segundo, porque, sendo as alegações de violação do artigo 24 b) e do artigo 87 da Lei do Tribunal Constitucional não consubstanciadas e sem sentido nenhum neste contexto, também não se consegue ver em nenhum momento que se estabeleça no artigo 92 que a Conferência não possa ser suspensa. O preceito regula etapas diferentes da tramitação final do processo de fiscalização concreta, nomeadamente a inscrição do julgamento em tabela (número 1); a audiência pública (números 2 e 3); a Conferência (parte final do número 3 e número 4) e a redação do Acórdão (número 5). A parte final do número 3 dessa disposição simplesmente determina o momento do início da Conferência, isto é, que ela se segue ao encerramento da audiência, a forma como ela se realiza ao usar a expressão “à porta fechada”, vale dizer *in camera*, e as suas finalidades de “debates e julgamento”; o número 4 define a forma como ela decorre, consagrando que ela é iniciada pelo Presidente, que depois da sua intervenção os juízes discutem o objeto do recurso e proferem os seus votos pela ordem, e, por fim, que o Presidente vota e encerra-a.

Do que resulta que, primeiro, não há qualquer indicação sobre a impossibilidade de se suspender a conferência. Seria pouco compreensível e compatível com a natureza das suas funções que num Tribunal Constitucional, no quadro de um processo de fiscalização concreta da constitucionalidade em que tem de proceder por etapas à definição das questões, à sua admissibilidade, à sua cognoscibilidade, e à análise do mérito, a conferência de julgamento tivesse de decorrer não só imediatamente a seguir à audiência, como sem qualquer suspensão e para ser concluída no mesmo dia. Não faria o mínimo sentido por contrariar a natureza do funcionamento de qualquer jurisdição constitucional e do tipo de processos a ela inerentes, que pressupõe uma análise pormenorizada e cuidada das questões que lhe sejam colocadas, ressalvada a obrigação constitucional de o fazer em prazo razoável, se necessário em várias sessões e realizadas em vários dias. E também por esvaziar por completo o efeito útil das posições, teses

defendidas e sugestões feitas em audiência pública sobre as questões colocadas, a sua cognoscibilidade e o seu mérito. O Tribunal nem teria tempo de considerar, confirmar e ponderar a respeito de tais argumentos começando a conferência logo a seguir à audiência e concluindo-a no mesmo dia, ficando a sua apreciação efetiva claramente comprometida. Por isso, a possibilidade de suspensão da conferência já tinha sido expressamente reconhecida pelo Tribunal Constitucional (como fica patente no *Acórdão 29/2021, de 30 de julho, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, de 24 de setembro de 2019, pp. 1618-1653, 10).

Além disso, na interpretação do Tribunal, o prazo previsto pela parte final do número 5 do artigo 92, pela sistematização escolhida pelo legislador e pela natureza do processo em causa, refere-se exclusivamente à etapa de redação do Acórdão. Logo, só começa a contar a partir do momento em que os juízes proferirem os seus votos decidindo colegialmente as questões que tenham de apreciar e julgar, assim determinando, por unanimidade ou maioria, a decisão sobre os diversos quesitos e os respetivos fundamentos, e que se encerre a Conferência.

4.1.4. No caso concreto, a Conferência de Julgamento começou logo a seguir à audiência pública, dando-se início à discussão e análise do recurso. Considerou-se necessário suspender a conferência e marcou-se outras sessões para debater e julgar as questões, como está previsto pela lei. As mesmas tendo sido apreciadas e os votos emitidos com a consequente formação da decisão colegial redigiu-se o acórdão dentro do prazo previsto pela Lei. Parecendo mais uma forma de demonstrar, fora de tempo, a sua inconformação por decisão referente a questão diversa, do tempo alocado para as alegações orais e taxativamente fixado por lei em quinze minutos, neste particular não se dá sequer por verificada qualquer ilegalidade, muito menos uma que se configure como uma nulidade que vicie o processo. Assim sendo, deve ser rejeitada.

4.2. No concernente à suposta nulidade baseada no facto de o Tribunal ter prolatado o que chama de decisão-surpresa, que se prende à sua AN-VII [B], porque, para seu espanto, o acórdão excluiu quatro das doze questões de constitucionalidade que colocou, o que violaria o princípio do contraditório, impedindo-o de reagir quanto à sua supressão, adequando da melhor forma a sua defesa na apresentação das suas alegações orais. Francamente, o Tribunal, por mais esforço que tenha feito, não conseguiu alcançar

as bases de sustentação desta alegação e o que pretendia efetivamente impugnar ou até, ao que parece, recomendar.

4.2.1. Com o devido respeito, ancora a sua alegação de vício do acórdão numa nulidade não-reconhecida pelos normativos aplicáveis e numa suposta lesão ao princípio do contraditório, numa situação em que a lei não prevê que exerça o contraditório. Não consegue, assim, à margem de citações doutrinárias e de desenvolvimentos legislativos estrangeiros que indica, demonstrar a sua base legal, apelando, inclusive, a uma doutrina processual civil, a das decisões-surpresa, a que só com uma conceituação muito *sui generis* poderá projetar os efeitos que aparentemente pretende concretizar.

4.2.2. O próprio Requerente parece considerar que essa suposta causa de nulidade não se encontra prevista em nenhuma disposição legal que se aplique ao processo constitucional. Simplesmente traz à colação um entendimento de que ela seria uma “nulidade processual por sucedâneo e não-taxativa” e, segundo parece, sugerindo que o Tribunal a aceite, no quadro dos seus poderes de conformação das normas do Código de Processo Civil à natureza do processo constitucional, posto ser uma Corte Especial e que aplica subsidiariamente o CPC com as necessárias adaptações.

O Tribunal Constitucional, como já se explicitou, tem professado o entendimento de que pela natureza das suas funções constitucionais e pelas particularidades objetivas do processo que tramita perante si, tem poderes para conformar as normas remissivas que aplica, formatadas para serem aplicadas a processos em que prevalecem interesses subjetivos, à natureza própria do processo constitucional, operação sem as quais elas seriam objetivamente inaplicáveis nesse tipo de processo. Contudo, o Tribunal Constitucional, conforme exposto, já possui um entendimento sobre a arguição de nulidades dos seus acórdãos, não parecendo que seja compatível com o mesmo aceitar uma expansão de causas de nulidade não tipificadas ou não decorrentes da lei que lhe seja aplicável, sempre com as devidas adaptações e interpretadas de forma estrita, conforme as condições previstas para a sua invocação. Seria sistémica e objetivamente intolerável que num tribunal especial ao qual, em princípio, se acede quando, depois de um longo processo, os tribunais ordinários não conferiram a tutela que uma pessoa requer, que se viesse expandir ainda mais aquilo que nem sequer na jurisdição civil, mais permeável pela sua natureza a essas soluções, concede, para efeitos de suscitação de incidentes pós-

decisórios, por si só excepcionais. A este respeito, em princípio, as nulidades são típicas e têm que decorrer de alguma base legal suficientemente clara e identificável suscitada de acordo com o que está prescrito pela lei e interpretada de acordo com a natureza pública do processo constitucional.

4.2.3. A alegada nulidade não só não está, nos termos em que é conceituada, qualificada, não podendo ser conhecida, como, além disso, não estaria ancorada em qualquer ilegalidade ou irregularidade discernível. Pela simples razão de que o procedimento decorreu de acordo com o prescrito pela Lei do Tribunal Constitucional. Apresentadas que foram as alegações pelos intervenientes processuais, entrou-se na fase de preparação do julgamento, na qual cabe ao Relator apresentar um memorando ou um projeto de acórdão, conforme o que entender por mais adequado e nos termos da prática deste Tribunal – no qual sempre foram apresentados memorandos, nomeadamente nas três ocasiões em que um recurso de fiscalização concreta chegou a esta fase (*Acórdão 8/2017, de 29 de junho, Sal Hotéis v. STJ*, Rel: JC Aristides R. Lima, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, n. 42, 21 de julho de 2017, pp. 903-910, I, 12; *Acórdão 15/2017, de 26 de julho, INPS v. STJ, sobre a constitucionalidade do prazo recursal de cinco dias em processo laboral*, Rel: JC Pina Delgado, I, 1.5.8; *Acórdão 29/2019, de 16 de agosto, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel. JC Pina Delgado, I, 6-9).

Em seguida, decorreu a Audiência Pública e, mais tarde, a Conferência de Julgamento, na qual o Tribunal Constitucional, nas sessões indicadas, considerando os argumentos escritos e orais dos intervenientes processuais, aprovou as questões propostas, promoveu as alterações que julgou necessárias, apreciou se o recurso era admissível, decidiu se as questões colocadas eram passíveis de serem conhecidas, e, em relação às que deviam ser apreciadas substantivamente, escrutinou-as no mérito. Não há qualquer norma que decorra da lei que imponha ao Tribunal a antecipação da sua decisão quanto à admissibilidade e cognoscibilidade, dando uma espécie de aviso prévio aos intervenientes processuais. Tais ponderações ajustam-se mais a um registo de discussão doutrinária ou de propostas *de lege ferenda* sobre as quais não tem nada a dizer neste momento, até porque amparadas num modelo de configuração processual alternativo em que, pura e simplesmente, não há audiência pública e em que o memorando desenvolvido é distribuído aos juízes, como se lavra na decisão citada, e não aos intervenientes processuais.

Sugere o requerente que fica com a sensação de que a defesa foi dificultada ou impossibilitada e até que houve violação do seu direito ao contraditório, configurando-se numa decisão-surpresa, portanto inesperada. Porém, mesmo que dela pudesse resultar uma situação de nulidade, não pode ser acolhida. De uma parte a Lei é muito clara quando estabelece no número 4 do artigo 83 que “a decisão que admita o recurso (...) não vincula o Tribunal”, portanto é evidente que tais questões seriam apreciadas pelo Tribunal. Segundo, a Corte Constitucional já vinha assentando entendimentos firmes relativamente aos critérios que utiliza para determinar a cognoscibilidade das questões colocadas.

Nomeadamente em relação a recursos admitidos e a recursos não-admitidos objeto de reclamação. Respetivamente no *Acórdão 8/2017, de 29 de junho, Sal Hotéis v. STJ*, Rel: JC Aristides R. Lima, pp. 903-910; *Acórdão 15/2017, de 26 de julho, INPS v. STJ*, Rel: JC Pina Delgado, pp. 844-856; *Acórdão 29/2019, de 16 de agosto, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel. JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, n. 100, 24 de setembro de 2019, pp. 1618-1653), com a exceção do primeiro todos conduzindo ao não conhecimento parcial das questões colocadas por não preenchimento das condições de cognoscibilidade. E no *Acórdão 4/2017, de 13 de abril, Vanda Oliveira v. STJ, [sobre indeferimento de recurso de fiscalização concreta por intempestividade]*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, n. 27, 16 de maio de 2017, pp. 650-659; no *Acórdão 20/2019, de 30 de maio, Edílio Ribeiro da Cruz v. TRS, sobre indeferimento de recurso de fiscalização concreta por intempestividade*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, n. 79, 22 de julho de 2019, pp. 1214-1223; no *Acórdão 35/2019, de 18 de outubro, Alírio Vieira Barros e Outros v. TRS, sobre indeferimento de recurso de fiscalização concreta por não aplicação de norma impugnada*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, n. 110, 29 de outubro de 2019, pp. 1813-1824; no *Acórdão 12/2020, de 16 de abril, Ana Brazão Gocht v. STJ [sobre indeferimento de recurso de fiscalização concreta da constitucionalidade por não suscitação de questão de inconstitucionalidade de forma processualmente adequada]*, Rel: JP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, n. 86, 23 de julho de 2020, pp. 1786-1792; no *Acórdão 01/2021, de 12 de janeiro, Alex Saab v. STJ, sobre indeferimento de recurso de fiscalização concreta [por não esgotamento dos recursos ordinários]*, Rel: JC Aristides R. Lima, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, n. 25, 8 de março de 2021, pp. 832-836; no *Acórdão nº 26/2021, de 25 de maio, Okechkwu Onuzuruibgo e outros v. Presidente do TRS, por não admissibilidade de recurso de*

*fiscalização concreta da constitucionalidade por não aplicação de norma impugnada*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, n. 88, 16 de setembro de 2021, pp. 2248-2252; e no *Acórdão nº 27/2021, de 25 de maio, Adilson Staline v. Presidente do TRS, por não admissibilidade de recurso de fiscalização concreta da constitucionalidade por não aplicação de norma impugnada*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, n. 88, 16 de setembro de 2021, pp. 2252-2256, os quais, com a exceção de um, resultaram em decisões de indeferimento.

Dessa jurisprudência decorre que o Tribunal Constitucional, primeiro, sempre avalia se as questões de constitucionalidade podem ser conhecidas no mérito; segundo, procedeu a uma separação entre normas e condutas e, terceiro, em função disso, recusou-se liminarmente a permitir que se utilizasse o recurso de fiscalização concreta como se fosse um recurso de amparo destinado a proteger titulares de direitos de condutas lesivas; quarto, vezes sem conta, sublinhou que num tipo de processo em que a lei, considerando a sua tecnicidade e, sobretudo, as exigências processuais que estabelece em termos de admissibilidade, determina expressamente uma representação necessária por profissionais do foro – o recurso de fiscalização concreta da constitucionalidade – por oposição a outro que desinformalizado, conforme a Constituição, não o exige – o recurso de amparo – não teria a mesma leniência em relação ao cumprimento das condições de admissibilidade e cognoscibilidade. No caso concreto, um juízo de prognose que se ancorasse nesses julgados poderia ter permitido que se antecipasse com alguma razoabilidade a posição que o Tribunal teria em relação à cognoscibilidade de cada uma das questões que trouxe ao seu conhecimento, permitindo-lhe modelar o seu recurso em conformidade.

Mesmo decorrendo tais efeitos simplesmente da lei e da jurisprudência do Tribunal, o memorando, apresentado nos termos da lei, promoveu inscrição de passagem indicativa de que as questões colocadas pelo recurso do Requerente somente poderiam ser apreciadas no mérito caso “o Tribunal” atestasse, “de modo preliminar e prejudicial, se, respetivamente”, estavam presentes os pressupostos gerais de admissibilidade e se, “numa segunda dimensão”, teria sido indicada norma; apresentou-se o parâmetro constitucional; a norma foi suscitada de modo processualmente adequado; o órgão judicial recorrido aplicou norma inconstitucional ou desaplicou norma por motivos de



inconstitucionalidade, não haveria jurisprudência contrária sobre a mesma questão, se ela não fosse manifestamente fundada e se o seu escrutínio pudesse ter alguma utilidade (II).

Como o Tribunal já tinha explicitado no *Acórdão 09/2018, de 3 de maio, Rel. JC Pina Delgado, INPS v. Presidente do STJ*, 4.4, o memorando é distribuído a todos os intervenientes na audiência pública pelo menos quinze dias antes da sua realização, para que possam preparar argumentação que entendam relevante sobre o memorando, podendo nessa sessão argumentar porque é que os seus pedidos devem ser admitidos, caso entendam que o devam fazer, sobretudo quando a cognoscibilidade é questionada por outro interveniente processual como foi no presente caso. Expressa-o claramente a Lei quando proclama que as partes podem discorrer sobre o projeto de acórdão ou o memorando “sugerindo o que tiverem por conveniente”, portanto a respeito delas podendo se pronunciar.

E, na realidade, foi o que fez quando se insurgiu contra a consideração feita nas alegações do Ministério Público – de que se tinha abandonado a questão da extradição por motivos políticos e que não era de se a conhecer – e quando sustentou que alegadamente as questões colocadas no memorando não tinham considerado vários pontos inventariados nas suas peças que considerava nodais e que ainda ninguém tinha discutido, nomeadamente o da dupla-incriminação. O próprio Ministério Público, intervindo como contrainteressado, aproveitou para, nos iguais quinze minutos de que dispunha, além de tecer considerações sobre o mérito das questões de constitucionalidade trazidas a juízo pelo recorrente, discutir a sua cognoscibilidade, expondo tese jurídica de acordo com a qual o recorrente não estava propriamente a impugnar normas, mas a atacar o mérito da decisão recorrida, não se cingindo às questões de constitucionalidade como determinado pela lei.

4.2.4. Portanto, tendo o devido conhecimento do processo previsto pela lei e da jurisprudência do Tribunal, podendo pronunciar-se sobre todas as questões que constam da decisão arguida de nulidade, nenhum recorrente pode invocar que foi apanhado de surpresa pela decisão que afastou do conhecimento no mérito questões que colocou e muito menos que o Tribunal deixou de se pronunciar sobre questões que deveria.

4.2.5. Em suma, parecendo que esta é uma tentativa de encontrar uma brecha para promover a reapreciação das questões de admissibilidade e cognoscibilidade que o Tribunal já decidiu – segundo o recurso de amparo que protocolou, doutamente – esta arguição de nulidade é claramente desprovida de mérito, e, como tal, improcedente.

5. Em relação às nulidades do acórdão emergem duas questões – a falta de indicação de relator e/ou da sua assinatura e a não-substituição do relator por outro juiz – que têm as suas particularidades, porquanto invocando causas de nulidade tipificadas pela legislação aplicável por remissão, com as devidas adaptações, fá-las acompanhar de alegações de violação de princípios jurídicos. Por esse motivo, serão analisadas neste segmento da decisão, ainda antes de se apreciar as nulidades mais clássicas do acórdão, tendo em conta a sua estrutura e limites, conforme o artigo 577 do Código de Processo Civil.

5.1. No que diz respeito à primeira alegação de nulidade deste segmento, remissiva à AN-IV da numeração do Requerente,

5.1.1. A tese central, por aquilo que se conseguiu entender, é que a não-especificação do relator equivaleria a falta da sua assinatura, posto que dela seria parte integrante, constituindo nulidade à luz da alínea a) do número 1 do artigo 577 do Código de Processo Civil e que, ademais, o acórdão, por esse mesmo motivo, violaria o princípio da transparência e o princípio da proteção da confiança.

5.1.2. Em relação ao primeiro argumento, com o devido respeito, não parece que ele seja juridicamente sustentável. A assinatura de um acórdão é um requisito formal externo do mesmo para atestar que as pessoas que, enquanto membros de um tribunal superior, colegial por excelência, detêm o poder jurisdicional sobre uma determinada matéria, é que a apreciaram e decidiram o recurso que lhe deu origem, sendo autores da decisão resultante que se lavra em acórdão. A nulidade de que fala a alínea a) do número 1 do artigo 577 somente se materializa perante a ausência de assinaturas de quem adotou o acórdão. O aresto que se está a arguir de nulidade, como resulta evidente, foi adotado pelos três juízes que compõem o Tribunal Constitucional, constando assinaturas de todos nas páginas do mesmo. Destarte, não se consegue alcançar como essa pretensa nulidade se configurará num caso como este.

5.1.3. Além do que alega o requerente não se enquadrar em qualquer norma que permite a impugnação de um acórdão por nulidade, não se manifesta qualquer ilegalidade. De uma parte, o que o autor traz como bases dessa ilegalidade é o que chama de “uma prática secular de outros sistemas jurídicos” que não mudou “no sistema cabo-verdiano”. Não só a possibilidade de tribunais superiores adotarem acórdãos sem que se identifique quem o redigiu é comum em outros sistemas jurídicos, nomeadamente no berço do modelo de fiscalização concreta da constitucionalidade, os Estados Unidos da América, como em vários outros sistemas jurídicos no âmbito dos poderes que os tribunais constitucionais têm para modelar – por regimento ou interpretação – o processo que tramita perante si, sobretudo quando a norma aplicável não regula uma determinada matéria ou não a regula de modo compatível ao processo constitucional. Tanto é assim que os acórdãos *per curiam* são realidade em muitos ordenamentos jurídicos, como a possibilidade de um acórdão não identificar quem foi o relator não é nenhuma prática inédita em Cabo Verde. O próprio acórdão do Supremo Tribunal de Justiça ao qual o Requerente imputou vícios de constitucionalidade, até onde se consegue aperceber, não identifica quem dele foi o relator. Acresce que muitas decisões similares dos nossos órgãos judiciais nessa esfera já o haviam feito no passado, nomeadamente durante o período em que a jurisdição constitucional foi exercida pelo Egrégio Supremo Tribunal de Justiça enquanto Tribunal Constitucional (*Acórdão 12/2007, de 31 de julho*, não-publicado; *Acórdão 9/2009, de 29 de maio*, não-publicado; *Acórdão 13/2010, de 6 de dezembro*, não-publicado). E sem que disso decorra qualquer problema. Pela simples e singela razão de que não há qualquer norma na Lei do Tribunal Constitucional que imponha que no acórdão se identifique quem foi o relator ou quem o redigiu e muito menos que tal omissão seja cominada de nulidade. Portanto não se constitui por esse motivo qualquer ilegalidade.

Por outro lado, o requerente assenta parte da sua argumentação na existência de um projeto de acórdão, como se este fosse obrigatório. Não só não é, como não tem sido, como ele próprio reconhece, prática deste Tribunal – que se verifica a partir da leitura dos relatórios do *Acórdão 8/2017, de 29 de junho, Sal Hotéis v. STJ*, I, 12; do *Acórdão 15/2017, de 26 de julho, INPS v. STJ*, 1.5.8; e do *Acórdão 29/2019, de 16 de agosto, Arlindo Teixeira v. STJ*, I, 6-9) – e da jurisdição constitucional cabo-verdiana quanto foi assumida pelo Venerando Supremo Tribunal de Justiça (*Acórdão 10/2009, de 31 de julho*, não-publicado; *Acórdão 13/2010, de 6 de dezembro*, não-publicado). Não havendo

projeto de acórdão, cuja existência não é imposta por lei, como se observa claramente nos relatórios das decisões indicadas pelo Tribunal Constitucional, as conferências não são antecedidas pela distribuição do mesmo, nem as sessões começam com a sua leitura. Antes, com a discussão das questões do memorando para efeitos de fixação das questões, seguindo-se com a análise de admissibilidade e de cognoscibilidade das que sejam aprovadas e com o escrutínio no mérito daquelas que possam ser conhecidas, decorrendo disso decisão sobre cada um dos quesitos sobre os quais a Corte se deva pronunciar substantivamente. Como decorre das orientações normativas da tramitação prevista pelos números 4 e 5 do artigo 92 e da prática deste Tribunal, a redação do acórdão é feita posteriormente, de acordo com o que tiver ficado decidido e com os fundamentos que tiverem sido consensualizados em relação aos itens em causa, como se fez especificamente com a colaboração de todos os juízes que compõem o Tribunal, uma questão que será retomada adiante.

5.1.4. Quanto ao princípio da transparência, primeiro, dele não parece que possa decorrer qualquer base de nulidade. Sendo excecionais as nulidades, não podem estar ancoradas em princípios genéricos tão amplos e de carácter objetivo, utilizados como se se estivesse perante um outro tipo de reação processual, e sem se identificar qualquer regra específica consagradora de um direito processual de que o requerente seria titular que foi lesado. Em tais circunstâncias, esses parâmetros são insuscetíveis de fundamentar qualquer arguição de nulidade de acórdão do Tribunal Constitucional.

Ademais, não se entende em que sentido é que se pode atingir a transparência que se pode esperar num processo desta natureza através de um acórdão, por excelência colegial, que é adotado e assinado pelos três juízes que participarem do julgamento e adotaram a decisão que foi prolatada, ainda que por maioria num dos quesitos decisórios. Não haveria de ser porque o Requerente se arvorará no direito de saber quais foram os argumentos utilizados por cada um ou os segmentos que foram redigidos pela pena de cada juiz, os contributos e as adendas e supressões propostos pelos outros magistrados, porque não possui qualquer posição jurídica nesse sentido. Outrossim, há uma razão para limitar a transparência na fase de deliberação do Tribunal – entre o momento da realização da audiência pública e da notificação do acórdão – quando legalmente se opta por um julgamento em conferência, como na maioria dos tribunais constitucionais, dizendo-se claramente que ela decorre “à porta fechada”.

Muito menos se entende como, nessas mesmas circunstâncias, se configura a violação do princípio da proteção da confiança, para efeitos do qual, ao contrário do que se exige na vasta jurisprudência do Tribunal a respeito, o Requerente não identifica o direito processual ordinário que foi atingido, o investimento na confiança que fez, sequer o suposto erro ao qual foi induzido ou o prejuízo que sofreu.

5.1.5. Portanto, este item da impugnação deve ser rejeitado porque, obviamente, não há nenhuma nulidade do acórdão pelo facto de nele não constar a identificação do relator.

5.2. Já no tocante à alegação feita na AN-V decorrente do facto de o juiz-relator não ter sido substituído por outro juiz e de o acórdão ter sido redigido por todos os juízes,

5.2.1. O requerente, em primeiro lugar, alega a nulidade do acórdão por considerar que o mesmo foi lavrado contra o vencido, na medida em que terá sido lavrado contra o relator vencido, porque o relator devia ter sido substituído por outro que deveria apresentar, segundo parece, um novo projeto de acórdão. Logo, seria nulidade prevista pelo artigo 629 do Código de Processo Civil, além de, conforme se entende, também seria solução contrária ao princípio da legalidade.

5.2.2. Em relação ao primeiro ponto, sendo certo que o artigo 629 consagra uma causa típica de nulidade do acórdão, em termos de interpretação jurídica, com o devido respeito, não parece que argumentação do Requerente tenha qualquer tipo de plausibilidade. Para evitar qualquer atribuição de um sentido literal e ordinário à expressão, o redator do Código de Processo Civil, no artigo 630, foi absolutamente inequívoco ao adotar um conceito de acórdão lavrado contra o vencido que não deixa margem para qualquer ambiguidade, posto que moldado no sentido de que seria aquele “proferido em sentido diferente do que estiver registado no livro de lembranças”. Como é evidente, trata-se de regra que visa garantir a correspondência entre o resultado decisório apurado após a prolação dos votos pelos juízes em relação às diversas questões discutidas em conferência e o acórdão que é lavrado. Não há livro de lembranças, mas da mera consulta do que ficou registado nas Atas da Conferência, verifica-se de modo cristalino que em nenhum momento a decisão constante do acórdão foi em sentido diferente do que nelas se encontra fixado em relação a nenhum dos quesitos decisórios.

Assim, inexistiu base que fundamente o pedido de arguição de nulidade ao abrigo de fundamento de que terá sido lavrado contra o vencido, devendo neste segmento ser considerado improcedente.

5.2.3. Aproveita para colocar o que seria uma espécie de nulidade resultante de uma alegada violação do princípio da legalidade, não indicando, todavia, qual é a posição jurídica decorrente de tal princípio, nem a base legal de onde o infere. Na medida em que a lei não lhe atribui nenhum papel de fiscal da legalidade, qualquer arguição referente a preterição de requisito legal depende de atestar que de algum modo influenciou no exame da causa ou na sua decisão de tal sorte a atingir algum direito processual de que é titular. Na opinião do Tribunal não há qualquer preterição de cumprimento de regra legal e muito menos uma que tenha influído no exame da causa e tenha atingido qualquer posição jurídica do Requerente.

Isso, relativamente a uma questão que sequer daria margem a qualquer questionamento se se ativesse à dinâmica de funcionamento das conferências do Tribunal em sede de processo de fiscalização concreta da constitucionalidade como está descrito expressamente nos relatórios dos acórdãos de mérito tirados nesta matéria. Como já se disse, nada na lei determina que tenha de haver projeto de acórdão para ser discutido em processo de fiscalização concreta da constitucionalidade. Não obrigando a lei que se prepare qualquer projeto de acórdão, as conferências também não são antecedidas pela distribuição de projetos de acórdão.

Como dispõe a lei, as conferências são marcadas pela discussão de cada questão e pela apreciação das que o devam ser no mérito e pela prolação dos respetivos votos, de onde se extrai a orientação decisória do Tribunal e definem-se os fundamentos de cada uma delas. Portanto, a redação do acórdão ocorre depois da decisão, limitando-se a racionalizar aquilo que os juízes concordaram quanto à decisão de cada quesito e respetiva fundamentação. Em tal situação não se entende em que medida, algum direito do requerente, que não é sequer alegado, foi de alguma forma violado, porque independentemente de quem tenha redigido o acórdão, a decisão seria sempre a mesma e acompanhada dos mesmos fundamentos. Nem tampouco como, tendo sido a decisão tomada, a putativa ilegalidade pudesse influir no exame e na decisão da lide constitucional, deste ponto de vista já fechados.

Em segundo lugar, a legalidade a que se atém o Requerente neste segmento seria decorrente do artigo 92 da Lei do Tribunal Constitucional, nomeadamente no número 5 que regula a redação do acórdão ao dispor ele “é lavrado pelo relator ou, se este ficar vencido, pelo juiz que deva substituí-lo, (...)”, sugerindo que o Tribunal incorreu numa violação desta norma legal pelo facto de o acórdão não ter sido assumido por outro juiz em substituição do Relator.

O Tribunal fez consagrar o seu entendimento e explicitou-o no Relatório do Acórdão para garantir que era conhecido por ter resultado de discussão, ponderação e decisão resultante de uma opção clara e transparente quanto à interpretação desse preceito. A sua *rationale* decorre da sua posição sobre o papel dos relatores no processo constitucional, a qual foi desenvolvida em decisão alusiva a outra arguição de nulidade que fora protocolada pelo ora Requerente. Do ponto de vista constitucional, de onde se deve partir, não se prevê qualquer função jurisdicional para o Relator. Nos termos do artigo 215, o poder jurisdicional de administrar a Justiça em matéria de natureza jurídico-constitucional é do Tribunal, o qual, como já se tinha dito, está sujeito a um princípio da colegialidade. Neste sentido, os relatores não exercem funções baseadas em poderes próprios, mas, antes um papel instrumental de facilitação e auxílio às atividades do Tribunal. Nomeadamente de, sempre em nome do mesmo, conduzir o processo durante as suas fases iniciais, e, posteriormente, na fase de julgamento, redigir decisões colegiais para se partilhar os ónus das atividades coletivas entre todos os seus integrantes e acelerar o tempo-decisório de cada processo. Nada mais do que isso.

A centralidade que o requerente parece atribuir ao juiz-relator está presa a uma conceção que reflete um modo de funcionamento do Tribunal muito particular como se o seu papel fosse o de preparar a base de uma decisão, à qual somente as alternativas de aderir ou divergir sem discutir e sem propor estariam abertas aos seus colegas; como se pudesse determinar sozinho a solução da lide constitucional ou como se tivesse poderes para redigir o acórdão de acordo com o seu critério individual e os fundamentos e a argumentação que opta por desenvolver. Porém, como se disse, as decisões em tribunais constitucionais são colegiais, posto que apreciadas e discutidas por todos os juízes ponto por ponto, os quais vão munidos dos seus próprios votos, como decorre da lei, e não de projetos de acórdão, quando estes não são sejam impostos. No caso concreto da tramitação da fiscalização concreta da constitucionalidade, por unanimidade ou

formando-se maioria, são decididas e é só posteriormente que se redige o acórdão. Portanto, as etapas da decisão e da redação do acórdão são claramente distintas, como já se tinha assinalado.

A primeira parte do número 5 do artigo 92 da Lei contém uma regra de funcionamento do Tribunal que produz meros efeitos *interna corporis*, não se conseguindo identificar qualquer posição subjetiva que dela decorra. A sua *ratio* é simplesmente racionalizar o trabalho da Corte, estabelecendo, por um lado, que sejam os relatores a redigir o acórdão tomada que seja a decisão, e, do outro, que, no caso de ficarem vencidos, de serem substituídos por outro juiz. Isso, pela singela razão de preservar a posição e a consciência do relator, não o obrigando a redigir um acórdão com o qual ele não concorda e na medida em que ele poderá lavrar uma declaração de voto se assim o entender. Portanto, por um lado, acolhendo uma finalidade utilitária coletiva de aproveitar a análise que tenha sobre a questão e o domínio que tenha sobre o processo, e do outro, de preservar a sua posição individual, no sentido de, ao contrário de outros sistemas, não o obrigar a redigir uma decisão contrária ao seu voto.

Neste contexto, o recorrente traz um conjunto de decisões anteriores do Tribunal Constitucional em que terá adotado uma solução diferente. Porém, esqueceu-se de salientar que elas foram proferidas em outras espécies de recurso – nomeadamente de amparo, em que, por força do artigo 21 do seu regime processual, há imposição de discussão de projeto de acórdão previamente distribuído aos juízes – e em situações muito distintas à que se teve de enfrentar nesta ocasião. Assim, em relação a recursos de fiscalização concreta da constitucionalidade não só o Tribunal nunca se tinha confrontado com um caso em que, estando em juízo uma pluralidade de questões, o relator tenha ficado em minoria, como muito menos um em que, tendo sete dias para ser redigido, tenha ficado, depois da apuração, vencido em relação a apenas um dos quesitos decisórios. Por conseguinte, uma questão completamente nova, “distinguível”, de acordo com a prática de seguimento de orientações anteriores do Tribunal, de todas as outras com as quais se tinha confrontado e que não parece estar coberta pela situação típica descrita pela norma em causa.

O Tribunal entende o número 5 do artigo 92 no sentido de que dele decorreria um efeito de necessária substituição do juiz-relator da redação do acórdão por outro juiz



somente em situações em que o Relator fica inteiramente vencido, sendo solução inadequada e incompatível com a natureza do processo constitucional para as situações em que ele perante uma pluralidade de questões, fica em minoria em relação a apenas uma. Designadamente porque, na dinâmica colegial do Tribunal, não há nada que obste que ele possa, de acordo com aquilo que ficar consensualizado, colaborar com a redação de partes do acórdão que tenha votado em sentido convergente aos demais juízes que compõem o coletivo.

O Tribunal estava perante um conjunto inusitado de doze questões, cuja cognoscibilidade tem de apreciar individualmente e, se se justificar, escrutinar no mérito, e em que a decisão que adota e os fundamentos consensualizados devem ser transpostos para um acórdão num prazo de sete dias. Em tais casos, entende ser justificado não só associar o relator vencido à redação das partes decididas por unanimidade, como usar a possibilidade de ele ser lavrado por todos os seus juízes de acordo com o contributo que possam dar em relação a cada questão. Salvaguardando somente a parte referente às questões em que houve decisão por maioria, que deve ser redigida pelos juízes que a formaram para que, em conjunto com a declaração de voto vencido, fique expressa a divergência quanto ao quesito em causa.

A Corte Constitucional não tem o mínimo de problema em assumir essa interpretação e considera que ela é conforme à Lei Fundamental e ao princípio da colegialidade do funcionamento do Tribunal. Além desse fator decisivo, como já se disse no item anterior, essa solução, primeiro, ao contrário do que diz o Requerente, não é nenhuma invenção cabo-verdiana, muito menos deste Pretório, mas uma prática ancestral que remonta ao Tribunal que representa o berço da fiscalização concreta da constitucionalidade, a *Supreme Court*, até porque mesmo em acórdãos redigidos por um único juiz, vários trechos podem ser propostos pelos seus colegas, como é corriqueiro na prática de tribunais constitucionais; segundo, decorre dos poderes inerentes do Tribunal Constitucional de conformar o seu processo às funções constitucionais que tem de exercer e à natureza do processo constitucional, inclusive interpretando e desenvolvendo uma norma *praeter-legem*, quando esta não regula adequadamente uma situação concreta imprevista, o que é especialmente relevante neste caso quanto o legislador coloca-lhe perante um processo urgente, cuja decisão tem de ser lavrada em acórdão com a celeridade imposta pela lei; terceiro, resultando de decisão tomada pelo Tribunal,

enquanto órgão colegial, a questão de saber quem redigiu que parte do acórdão é irrelevante do ponto de vista subjetivo, posto que, independentemente de quem o lavre, a decisão é aquela que conste das Atas da Conferência de Julgamento e os fundamentos os mesmos que sejam consensualizados durante o julgamento, portando não projeta qualquer efeito individual prejudicial; quarto, há um interesse público objetivo evidente de se optar por uma decisão coletiva que permita ao Tribunal concluir a redação do Acórdão dentro do intervalo prescrito pela mesma lei. É uma solução que o Tribunal tomou e mantém, reservando a possibilidade, em situações justificáveis e similares, envolvendo, como é natural, matéria colocada debaixo do seu poder jurisdicional e do Colégio que o compõe e de mais ninguém – nem sequer dos seus juizes individualmente considerados – optar por uma redação partilhada do acórdão por todos os Conselheiros com a participação do relator nos segmentos decididos por unanimidade.

5.2.4. Por conseguinte, não há qualquer ilegalidade, muito menos uma que pudesse conduzir, nos termos da lei, à nulidade do *Acórdão 39/2021, de 30 de agosto*.

6. Em relação às questões que remetem de forma mais direta para nulidades clássicas do acórdão, portanto de excesso de pronúncia, de omissão de pronúncia e de contradição entre os fundamentos e a decisão,

6.1. É entendimento do Tribunal Constitucional que:

6.1.1. A sua arguição depende da indicação da base legal em que se enquadra a modalidade de nulidade suscitada, centrando o escrutínio nela.

6.1.2. Em específico sobre as que causas de nulidade que são alegadas neste particular, deve-se, desde logo, deixar registado que, nos casos de omissão de pronúncia, além de verificar a utilidade da declaração, o Pretório Constitucional não pode se pronunciar no mérito sobre toda e qualquer questão suscitada pelo recorrente e muito menos meras considerações, razões e argumentos que sejam aduzidos para se a sustentar. No processo de fiscalização concreta, tal obrigação por motivos já arrolados, só se impõe às que decorram de uma peça em que, no momento adequado, se impugna uma determinada norma de forma clara e discernível que define o seu objeto, e que, por serem cognoscíveis, o Tribunal deva apreciar (*Acórdão 09/2018, de 3 de maio, INPS v.*

*Presidente do STJ*, 4.4). No geral, em relação ao caso concreto, não se pode deixar de constatar que tais questões já constavam do memorando discutido em audiência pública, o que por si só já determinaria a inviabilidade dessas alegações, precisamente porque indiciam que colocadas essas questões, a discussão e podendo o requerente conforme a lei “sugerir o que entendesse por conveniente” a respeito delas nada disse, vindo, nesta fase terminal do processo e depois de conhecidas e decididas, sustentar que, afinal, não eram essas as “questões de constitucionalidade” que o Tribunal deveria ter conhecido.

6.1.3. A possibilidade de declaração de nulidade por contradição entre o fundamento e a decisão limita-se aos casos em que, de forma consistente, através das razões de decidir e a argumentação expostas pelo Tribunal a decisão aponta para um sentido inequívoco e é lavrada em sentido diferente. Não é causa que derive de contradições entre segmentos diferentes da fundamentação, de deficiências ou insuficiências de fundamentação e muito menos de erros de julgamento, divergência com a doutrina, com a jurisprudência de outros tribunais ou com a do próprio Tribunal Constitucional. Portanto, refere-se a uma inconsistência estrutural grave e clara entre as razões expostas para decidir e a própria decisão, o que deve ser cabalmente demonstrado por quem a alega. O que se nota é que o Requerente não identifica claramente as supostas contradições entre fundamentos e a decisão no sentido de demonstrar a razão porque aquela, da forma como desenvolvida e apresentada, conduziria inevitavelmente a desfecho diferente do que foi adotado em relação ao quesito impugnado, adotando um conceito tão largo de contradições que abarcaria tanto as internas, as únicas que relevam, como até a oposição externa do acórdão com outras posições.

6.1.4. Por fim, em relação a excessos de pronúncia a sua invocação limita-se naturalmente às situações em que o Tribunal conhece de questão que não decorre de pedido feito por interveniente processual, não de putativo conhecimento de norma que, não obstante ter sido impugnada por recorrente em processo de fiscalização concreta, não terá sido aplicada ou desaplicada por órgão judicial recorrido.

6.1.5. Muitas das arguições de nulidade aqui invocadas não preenchem esses critérios para serem apreciadas individualmente. Ainda assim, o Tribunal tecerá as considerações individuais sobre cada uma dessas alegações, nomeadamente se pode considerá-las no mérito:

6.2. Com estes critérios em mente, verifica-se que, em relação ao que classifica de AN-I.

6.2.1. O requerente diz que a Corte Constitucional ao reconhecer questão por ele suscitada, decidindo não declarar a inconstitucionalidade de norma decorrente do número 2 do artigo 55 e da parte final do número 3 do artigo 46 da Lei da Cooperação Judiciária Internacional em Matéria Penal, segundo a qual ao extraditando assiste o direito de deduzir oposição, mas, malgrado haver requerimento de diligência de provas testemunhais, ela só pode fundamentar-se em não ser ele a pessoa reclamada ou em que não se verificam os pressupostos da extradição, por um lado, fez uma relevantíssima amputação da questão, portanto não se pronunciando sobre questão que deveria e, por outro, incorreu numa manifesta contradição da decisão com a sua fundamentação, já que tudo apontaria para considerar procedente o pedido do requerente em relação a este item.

Diga-se que a utilidade desta arguição para a concretização dos objetivos do recorrente de se considerar essa questão procedente no mérito é muito duvidosa. Se o Tribunal viesse a declarar a nulidade parcial do acórdão por não ter conhecido questão que devia conhecer, esta, como qualquer outra que se tivesse impugnado, somente seria cognoscível se o Tribunal viesse a atestar que preenche todas as condições elencadas pelo acórdão impugnado para tanto, nomeadamente de ter sido aplicada pelo Supremo Tribunal de Justiça, difícil de configurar neste caso.

6.2.2. Em relação à omissão de pronúncia diz o requerente que invocou uma suposta norma de acordo com a qual “o extraditando não pode produzir prova sobre factos que relevam para o apuramento da existência de jurisdição do Estado requerente, das condições em que ocorreu a sua detenção no Estado requerido, da sua qualidade de enviado especial, das suas condições de saúde, do incumprimento das exigências de instrumentos internacionais em matéria de direitos humanos ratificados ou constantes do ordenamento jurídico, bem como do agravamento da situação processual do extraditando em virtude de suas condições políticas ou ideológicas e em relação às condições relativas à execução da pena, nomeadamente sujeição à tortura, tratamento desumano, degradante ou cruel”.

O mínimo que se pode dizer é que isso não é exato. Nem sequer é um caso de ampliação indevida do objeto de recurso em fase terminal do processo. O que o requerente quer promover é a colocação de uma nova questão que não impugnou e que não fazia parte do objeto do recurso por esse mesmo motivo, derivando – até onde se conseguiu depreender porque não identificou onde estava esta suposta norma – como se fosse possível, do extenso argumentário na peça de alegações finais, numa parte destinada a apresentar as razões que fundamentam as pretensões que, em princípio, fixou na peça de recurso de fiscalização concreta da constitucionalidade conforme aperfeiçoada. Porque nesta peça o que diz é, outrossim, que “a decisão procedeu (...) à aplicação da norma do artigo 55.2 da LCJ com o sentido de (...) que ao extraditando assiste o direito de deduzir oposição, mas ela só pode ser centrada em dois argumentos tendentes a demonstrar o seguinte: (i) ou não é a pessoa reclamada, ou (ii) não se verificam os pressupostos para a extradição (...)”, continuando a expor a argumentação utilizada pela decisão recorrida sobre as razões assentes no Direito Comparado e no entendimento dos Tribunais de que não obstante haver alguma sobreposição entre factos imputados e pressupostos da extradição tem sido sólido o entendimento de que não é dado produzir prova sobre os factos que o Estado Requerente imputa ao Extraditando e vários outros argumentos. Mesmo na peça das alegações finais reduz esse arrazoadado, mas sempre reitera a norma que tinha fixado sublinhando que “as normas que foram aplicadas nas decisões são as dos artigos 55 n° 2 (2ª Parte) da LCJ com o sentido interpretativo de que “dessa disposição sem necessidade de recurso a outro elemento, é de que ao extraditando assiste o direito de deduzir oposição, mas ela só pode ser centrada em dois conjuntos de argumentos tendentes a demonstrar o seguinte: (i) ou não é a pessoa reclamada, ou ii) não se verificam os pressupostos da extradição (...)”, continuando a expor sobre questão de reação processual em relação a pedido de diligência de prova que esta Corte considerou autónoma, não admitindo, por motivos referidos nessa parte, a impugnação incidente sobre esse segmento (311). Reproduzindo literalmente a mesma fórmula quando identificou de forma clara a sua terceira questão de constitucionalidade, dizendo, mais uma vez, que “as normas que foram aplicadas nas decisões são as dos artigos 55, n° 2 (2ª Parte) da LCJ com o sentido interpretativo de que dessa disposição sem necessidade de recurso a outro elemento, é de que ao Extraditando assiste o direito de deduzir oposição, mas ela só pode ser centrada em dois conjuntos de argumentos tendentes a demonstrar o seguinte: (i) ou não é a pessoa reclamada, ou (ii) não se verificam os pressupostos para extradição”.

Portanto, neste segmento, a questão de inconstitucionalidade normativa por ter sido formulada pelo próprio Requerente, a única que poderia ser objeto deste recurso, é somente uma segundo a qual “a extraditando assiste o direito de deduzir oposição, mas, malgrado haver requerimento de diligência de provas testemunhais, ela só pode fundamentar-se em não ser ele a pessoa reclamada ou em que não se verificam os pressupostos da extradição, (...)”. Foi esta que consta decisivamente e sem ambiguidades da peça de aperfeiçoamento e mesmo da peça de alegações finais, na parte em que reproduz a norma impugnada. Foi esta que foi vertida para o memorando, com os devidos desdobramentos, admitida pelo Acórdão impugnado (3.2.3, F), e que consta do título que representa a questão no segmento em que se discutiu o mérito da alegação de constitucionalidade feita pelo requerente (10), e que foi considerada não-inconstitucional pelo Tribunal no item 10.6 que consta da parte conclusiva da fundamentação.

O que o requerente vem contrapor para sustentar que questão de constitucionalidade que colocou não foi analisada é uma síntese que o Acórdão fez do conteúdo das suas alegações finais “Em termos de argumentação (...) [relativa] “à oposição que deduziu e a diligências de prova que requereu, o recorrente diz que elas não lhe permitiram demonstrar que os factos que constituem o crime antecedente de lavagem de capitais ocorreram na Venezuela. Portanto, de acordo com as normas de resolução de conflitos de Cabo Verde sobre aplicação das leis penais do país no espaço a relevância criminal desses factos deveria ser averiguada de acordo com o Direito do país sul-americano e não dos EUA, sendo isso essencial para se apurar a efetiva participação do recorrente nos alegados comportamentos ilícitos. E que, além [d]isso, também não lhe permitiu produzir prova sobre outros aspetos, nomeadamente sobre o seu estado de saúde, sobre o pagamento do visto, documentos de missão, e vários outros sobre os quais podia fazer prova, como podia fazê-la em relação ao agravamento da sua situação processual, a validade da sua detenção e o contexto político da sua detenção”. Do trecho em causa não resulta qualquer enunciado deôntico correspondente a norma que terá sido impugnada cuja aplicação se atribui ao órgão judicial recorrido, quando muito uma descrição de factos e do conteúdo de uma decisão. Por conseguinte, é evidente que isto não corresponde a nenhuma questão constitucional que possa ser tramitada em sede de recurso de fiscalização concreta da constitucionalidade, pois neste a questão da constitucionalidade é somente o segmento da norma impugnada por aplicação ou desaplicação que faz parte do seu objeto e não toda a argumentação ou o resumo do que

se expende para se tentar sustentar alguma tese jurídica a ela atinente. Não pode o Tribunal ser responsabilizado pelo facto de o requerente livremente, num escrutínio normativo, impugnar uma norma e discorrer sobre outras questões que não são cobertas pela construção normativa que propôs ao Tribunal para efeitos de escrutínio e delimitam o objeto do recurso de fiscalização concreta da constitucionalidade, como, de resto, já tinha pontuado no acórdão arguido de nulidade.

Diz que essa norma foi aplicada pelo *Acórdão 57/2020, de 16 de outubro*, prolatado pelo Egrégio Supremo Tribunal de Justiça que sequer é objeto deste recurso e que, enquanto tal, nunca poderia ser atingido por qualquer efeito de uma eventual declaração de inconstitucionalidade em processo cujo objeto é exclusivamente o de escrutinar normas aplicadas ou desaplicadas pelo *Acórdão 28/2021, de 14 de março*. E, mesmo assim, sem que isso corresponda a uma assertiva correta, pois em nenhum momento o Supremo Tribunal de Justiça a ela recorreu, como se verifica do seu ponto 2d), onde apreciou a questão. E sem que o pudesse fazer porque, no recurso ordinário que lhe o extraditado lhe dirigiu, no segmento relevante, este preocupou-se exclusivamente em atacar a tese do tribunal então recorrido de que não lhe seria permitido discutir os factos que lhe foram imputados em quarenta e um parágrafos da sua peça que percorrem 8 páginas.

E, caso tivesse tido tal entendimento que lhe imputa erroneamente o recorrente, então modificou-o com a posição que acolheu no acórdão que interessa, o único que pode ser objeto do presente recurso de fiscalização concreta numerado como *28/2021, de 14 de março*. O que fica claro é que a norma aplicada pelo Supremo Tribunal de Justiça, neste segmento, é até onde se sabe, é uma segundo a qual, como diz a páginas 23, “ao Extraditando assiste o direito de deduzir oposição, mas ela só se pode ser centrada em dois conjuntos de argumentos tendentes a demonstrar o seguinte: (i) ou não é a pessoa reclamada ou (ii) não se verificam os pressupostos para a extradição”. Extraíndo dessa orientação hermenêutica entendimento de que “alegados factos, tendentes a substanciar qualquer um desses fundamentos, quer referentes à identidade da pessoa reclamada, quer alusivos à não verificação dos pressupostos para a extradição, tem de se lhe admitir fazer prova”, somente lhe suscitando questão de saber se debaixo do conceito de pressupostos para extradição também estaria, em razão de sobreposição conceptual que chama relativa, o de factos imputados, mas que exclui do âmbito dessa norma, aplicando

concomitantemente interpretação escorada no artigo 46, parágrafo terceiro, conduzindo, por isso, expressamente à sua decisão de que “o Tribunal recorrido decidiu bem ao não considerar a prova documental tendente a provar qualquer facto que se prende com as imputações feitas ao extraditando nos Estados Unidos, na sua essência os factos referidos nos artigos 1 a 72 do Título “DAS QUESTÕES PRÉVIAS” da oposição”.

E fá-lo porque o recorrente no seu recurso ordinário expôs teses muito elaboradas e que não deixam margem para qualquer dúvida sobre as suas pretensões, expondo longamente a respeito da sua posição relativa à constitucionalidade de não se lhe permitir produzir provas sobre os factos que lhe foram imputados pelo Estado Requerente nos termos do número 2 do artigo 55 da Lei da Cooperação Judiciária, das quais só se destaca alguns dos vários trechos onde constam essas teses. Assim, assevera que “664. A norma do artigo 55.2 da LCJ é que a oposição no processo de extradição só pode fundamentar-se em não ser o detido a pessoa reclamada ou não se verificarem os pressupostos da extradição. 665. Os pressupostos da extradição são todas as condições previstas na lei para a admissão, a negação ou a recusa do pedido formulado no processo de extradição. 666. e o estabelecimento dos factos e das infrações criminais pelos quais se requer a extradição assim como a sua veracidade e autenticidade. 667. Ora, o entendimento da norma como sendo impeditiva da discussão dos factos no processo de extradição. 668. No qual está em causa o direito à liberdade da pessoa (...). 669. É inconstitucional e vulnerabiliza o direito de defesa (...) e o princípio do contraditório (...). 700. O PCR [será PGR] e os USA podem alegar, de forma pormenorizada, os factos e discorrer sobre os crimes imputados ao Extraditando. 671. Construindo uma imagem e apresentando um retrato negativo do Extraditando e sem concessão da possibilidade de se contrapor, nomeadamente alegando as falsidades ou as inverdades e/ou as impossibilidades de ocorrência dos atos por no dia, local e hora indicados no pedido de extradição e documentos o Extraditando se encontrar num outro lugar”, sumarizando as suas teses dizendo que “o entendimento da norma no sentido de impedir que o Extraditando traga ao processo a sua visão dos factos, a veracidade e a sua ocorrência efetiva é inconstitucional por desproporcionalidade e violação de direitos fundamentais”, porque “as posições das partes no processo de extradição ficam desequilibradas”. Reiterando, mais à frente, que “679. Se para a substanciação do pedido de extradição são alegados factos e pormenorizam-se as circunstâncias de tempo, modo e lugar, 680. Se, para a negação da extradição, enquanto forma de cooperação judiciária (artigo 1.1.a) da LCJ),



torna-se necessário ter em conta e apreciar “as circunstâncias de facto”, conforme artigo 8.2 da LCJ, não pode ser vedado ao Extraditando o direito de apresentação dos factos e da sua prova ou evidência e para possibilitar ao tribunal decidir, com conhecimento de causa, sobre a concessão da extradição ou negação da extradição. 681. Pelo que, não se pode, no mesmo processo, impedir que o Extraditando substancie o seu pedido e não fique apenas pela instrumentalidade, com o argumento que os factos não podem ser discutidos no processo de extradição para fundamentar a não admissão, a negação ou a recusa da sua concessão pelo tribunal. (...) [683-7]. O argumento, então, que no processo de extradição a apreciação das provas é superficial e limitada, e que o tribunal competente não valora as provas que contestam os crimes de que extraditando vem sendo acusado. Devido a particularidade do processo de extradição, em margem do Processo Penal, é uma análise em violação da Constituição como se demonstrou, em violação clara em particular do Direito ao contraditório” e também como discorre em seguida do que designa do seu direito à defesa plena, que aparentemente, na opinião que apresentou ao Supremo Tribunal de Justiça, seria contrário ao modelo belga, de contenciosidade limitada (694).

Além daquela questão putativa que o Requerente acabou de construir nesta fase terminal do processo não puder ser atribuída ao Supremo Tribunal de Justiça, porque este, de forma absolutamente clara e inequívoca, aplicou somente a norma hipotética que esta Corte Constitucional escrutinou, vir sindicar tal construção não teria utilidade nenhuma, não tendo qualquer capacidade de repercutir sobre o acórdão recorrido. Se, ao invés, pretendia imputar ao Supremo Tribunal de Justiça a adoção de decisão vulneradora de direito, liberdade e garantia neste particular, correndo o Tribunal o risco de se repetir, não é por via de uma fiscalização concreta ela deveria ter sido impugnada.

Portanto, com o devido respeito, a base da omissão de pronúncia é uma questão constitucional forjada somente nesta fase pós-decisória do processo, de duvidoso teor normativo, que não foi impugnada a tempo, não foi aplicada pelo tribunal recorrido e cuja resolução seria desprovida de qualquer utilidade para o processo principal por essa mesma razão. Destarte, este segmento da impugnação só pode ser considerado improcedente.

6.2.3. A alegação de que houve contradição é ainda mais difícil de compreender. Porque a suposta contradição que indicava que o pedido seria deferido caso, segundo o

seu entendimento, não tivesse sido amputado da sua extensão, não decorre de nenhuma questão admitida pelo Tribunal, mas, antes de uma parte do Acórdão em que não se fixa qualquer questão de constitucionalidade normativa que se lhe tenha colocado. Limita-se a reproduzir neutralmente os argumentos que o requerente convocou para discutir o mérito da questão de constitucionalidade que trouxe. Portanto, se, o que é o mais provável, a base da contradição dependesse dessa assertiva do requerente de que a norma impugnada seria diferente da que foi escrutinada, a questão da contradição cai com a demonstração aqui feita em relação à norma que foi efetivamente impugnada pelo recorrente e antes aplicada pelo tribunal recorrido.

Se ela deveria ser autónoma, com o devido respeito, não se entende em que medida, limitando-se o requerente a dizer que “conhecendo-se desta questão impõe-se que o recurso seja julgado procedente, tendo em conta a própria argumentação constante do acórdão que indeferiu o recurso do Extraditando, sob pena de se incorrer em manifesta contradição entre os fundamentos e a decisão”. Não apresentou especificamente onde residiria a respetiva contradição entre o conjunto de argumentos invocados para analisar a constitucionalidade da norma aplicada pelo Supremo Tribunal de Justiça que foi admitida e a decisão de não se declarar a sua inconstitucionalidade. Trazendo à colação uma declaração de voto feita no âmbito de uma outra questão admitida a trâmite com eixos normativos diferentes e implicitamente os seus próprios entendimentos a respeito da matéria discutida no mérito, que, evidentemente, nunca poderiam ser causa de contradição do Acórdão do Tribunal, mas do seu inconformismo perante a decisão.

O Requerente nem sequer se dá ao trabalho de demonstrar que parte da fundamentação determinaria um sentido diferente para a decisão efetivamente tomada. Outrossim, qualquer leitor consegue verificar que toda a fundamentação desenvolvida pelo Tribunal foi construída de forma consistente. No sentido de a norma impugnada pelo recorrente e efetivamente aplicada pelo Supremo Tribunal de Justiça não ser inconstitucional. Aferiu-a analisando o arrazoadado que o Supremo Tribunal de Justiça tinha concebido para responder às alegações do Requerente de que uma interpretação do artigo 55, parágrafo segundo, da Lei da Cooperação Judiciária, nomeadamente na perspetiva que se representa de que “pressupostos da extradição [seriam] todas as condições previstas na lei para a admissão, a negação ou a recusa do pedido formulado

no processo de extradição e o estabelecimento dos factos e das infrações criminais pelos quais se requer a extradição assim com a sua veracidade e autenticidade”.

Acresce que se está perante um recurso de fiscalização concreta que não pode ser abstratizado como se não decorresse de um processo-pretexto e de uma decisão concreta aplicada por um Tribunal que aplica normas identificadas através de operações hermenêuticas que justifica com determinadas razões e argumentos. Como dispõe claramente o número 2 do artigo 93 da Lei do Tribunal Constitucional, “no caso de o juízo de constitucionalidade ou de legalidade sobre a norma que a decisão recorrida tiver aplicado, ou a que tiver recusado aplicação, se fundar em determinada interpretação da mesma norma, esta deve ser aplicada com tal interpretação no processo em causa”. Portanto, tratando-se de juízo incidente sobre norma interpretativa, como era o caso, o Tribunal Constitucional não só não consegue apreciar a questão normativa sem dialogar com as razões e argumentos apresentados pelo órgão judicial *a quo*, como também não conseguiria definir a interpretação que considera correta e conforme à Constituição.

Tendo determinado o Egrégio Tribunal, partindo do entendimento, segundo o modo como esta Corte Constitucional o entendeu, que a norma interpretativa em causa, na medida em que dizia que “ao extraditando assiste o direito de deduzir oposição, mas, malgrado haver requerimento de diligência de provas testemunhais, ela só pode fundamentar-se em não ser ele a pessoa reclamada ou em que não se verificam os pressupostos da extradição, (...)”, excluindo somente a impugnação de factos imputados ao extraditando pelo Estado Requerente que não cairia, na opinião desse órgão judicial, debaixo do conceito de pressupostos da extradição, dialogou com as interpretações e as razões apresentadas pelo órgão judicial recorrido. Aferindo-as para efeitos do escrutínio de constitucionalidade, decidiu-se de forma consistente com as premissas estabelecidas, pela não-inconstitucionalidade dessa norma com o sentido que lhe foi atribuído pelo Supremo Tribunal de Justiça.

6.2.4. Pelo exposto, cai também a arguição de nulidade neste quesito.

6.3. A nulidade do acórdão que o requerente traz em seguida como AN-II remete mais uma figura híbrida entre a uma omissão de pronúncia e ao mesmo tempo contradição entre a fundamentação e a decisão porque, na sua opinião, o Tribunal procurou determinar as condições para o reconhecimento do estatuto de enviado especial, ao invés de

responder à suposta questão que lhe havia sido colocada no sentido de se saber se os tribunais cabo-verdianos podem reconhecer o estatuto de enviado especial, sem que tal reconhecimento tenha sido feito pelo próprio Estado de Cabo Verde. Em relação à contradição, mais uma vez, o requerente falha a exigência básica de sua suscitação em arguições de nulidade, porquanto argumenta que demonstra que houve contradição por esses motivos em página e meia sem qualquer esforço argumentativo para se entender no que ela se assenta especificamente.

6.3.1. Não precisa, por isso, em que medida a fundamentação era contrária à decisão e muito menos que a argumentação expendida pelo Tribunal apontava num sentido decisório oposto daquele que ficou consignado no acórdão. Pelo que, primeiro, pelos mesmos motivos citados acima, improcede a alegação de controvérsia entre a fundamentação e a decisão, até porque mais uma vez qualquer leitor consegue depreender que todos os fundamentos convergem no sentido de não se declarar a norma impugnada inconstitucional. O mesmo ocorre com a omissão de pronúncia porque a questão que diz ter colocado ao Tribunal é rigorosamente igual a que foi objeto de pronúncia do Tribunal nos termos da primeira parte da alínea d) do número 1 do artigo 577 do Código de Processo Civil. Portanto, só se pode entender a arguição do recorrente como partindo da conceção de que haverá contradição porque a fundamentação do acórdão articula argumentos referentes a questão diferente da que terá formulado e que é objeto da decisão.

6.3.2. O Requerente parece concordar que a questão decorrente de norma aplicada pelo Supremo Tribunal de Justiça foi construída em moldes segundo os quais “O reconhecimento de estatuto de enviado especial somente cabe ao Estado de Cabo Verde, sem o qual os tribunais cabo-verdianos não podem reconhecer essa qualidade, permitindo a um tribunal cabo-verdiano negar reconhecimento de um extraditando como enviado especial, após o reconhecimento do seu estatuto tanto pelo Estado de envio como pelo Estado que o ia receber”. Contudo, para favorecer o seu argumento de que o Tribunal não terá ‘conhecido’ da questão que colocou enfatiza como estando no centro da sua questão apenas a o problema de se saber se “os tribunais cabo-verdianos podem reconhecer o estatuto de enviado especial, sem que tal tenha sido reconhecido pelo próprio Estado de Cabo Verde”, o que, mesmo que pudesse nesta fase refazer a sua questão, não levaria a qualquer conclusão de que o Tribunal não a conheceu, até porque, enquanto fórmula normativa, no contexto processual em causa, ela não só não faria sentido lógico, como

sem o outro segmento que o compõe, sequer foi aplicado pelo Supremo Tribunal de Justiça.

A verdade é que não há qualquer omissão de pronúncia, posto que o Tribunal não escrutina questões genéricas ou intenções que os recorrentes têm, mas singelamente a norma que tenha sido impugnada. Dado que o Requerente assente que impugnou norma segundo a qual “O reconhecimento de estatuto de enviado especial somente cabe ao Estado de Cabo Verde, sem o qual os tribunais cabo-verdianos não podem reconhecer essa qualidade, permitindo a um tribunal cabo-verdiano negar reconhecimento de um extraditando como enviado especial, após o reconhecimento do seu estatuto tanto pelo Estado de envio como pelo Estado que o ia receber”, é muito difícil identificar como o Tribunal Constitucional não terá conhecido a questão de constitucionalidade normativa.

Primeiro, o Tribunal não entende a lógica jurídica por detrás desta arguição, nomeadamente porque traz uma questão que gravita em torno do Direito Internacional e da aplicação de princípios constitucionais em matéria de política externa, e parte de uma dicotomia entre o Estado e os seus tribunais, como se estes não fizessem parte do Estado e os seus atos não lhe sejam atribuíveis à luz do Direito da Responsabilidade Internacional do Estado (Artigo 4º do Projeto de Artigos da Comissão de Direito Internacional) como o requerente sabe muito bem e discorre longamente na sua peça de alegações finais, alertando para o facto de o Estado de Cabo Verde, segundo seu entendimento, estar a incorrer em responsabilidade internacional por facto ilícito pela circunstância de o Supremo Tribunal de Justiça não ter aplicado certas regras de Direito Internacional das Imunidades que considerava que devia ter usado (para. 848-849). A menos que se esteja a confundir Estado e Governo, a questão que ora coloca não faz o mínimo sentido neste contexto. Até porque o segmento da sua questão que, pelo seu teor, remeteria especificamente para as relações interorgânicas nesta matéria foi expressamente conhecido e excluído quando se avaliou a sua cognoscibilidade, precisamente porque o Tribunal considerou que tal consideração não podia ter sido imputada à decisão do órgão judicial recorrido, na medida em que este apreciou sem qualquer limitação questão referente à obrigação do Estado de Cabo Verde, enquanto Estado de Trânsito, reconhecer internamente o estatuto de enviado especial e consequentemente das inviolabilidades e imunidades que dele fazem parte à luz do Direito Internacional aplicável, como o Tribunal expôs no *Acórdão 39/2021, de 30 de agosto*.

Segundo, no sistema cabo-verdiano, o reconhecimento de estatutos diplomáticos e do consequente gozo de inviolabilidades e imunidades de jurisdição deles decorrentes que vinculam o Estado, cabe aos seus tribunais, enquanto órgãos que o integram. Assim sendo, não se pode analisar se uma norma hipotética aplicada por um tribunal segundo a qual “O reconhecimento de estatuto de enviado especial somente cabe ao Estado de Cabo Verde, sem o qual os tribunais cabo-verdianos não podem reconhecer essa qualidade, permitindo a um tribunal cabo-verdiano negar reconhecimento de um extraditando como enviado especial, após o reconhecimento do seu estatuto tanto pelo Estado de envio como pelo Estado que o ia receber”, é direta ou indiretamente inconstitucional se não se proceder à determinação da vinculação do Estado a obrigação convencional ou costumeira que o preveja e se não se proceder à verificação sobre o preenchimento das condições necessárias para se beneficiar dos direitos e prerrogativas que contém numa situação específica. Isso à luz da questão concreta que lhe é colocada e do processo pretexto que lhe dá origem, neste caso marcado por um cenário em que um órgão judicial de um Estado de Trânsito não reconhece internamente o estatuto de um enviado especial, e que se imputa a norma hipotética que utilizou para chegar a esse entendimento desconformidades com o Direito Internacional e com a Constituição relevadoras de inconstitucionalidades indiretas e diretas.

Neste tipo de caso, o estatuto do enviado especial em Estados de Trânsito, conforme definido pelo Direito Internacional Costumeiro, é composto pelas suas inviolabilidades e pelas suas imunidades de jurisdição criminal. Portanto, quando o Requerente diz que o tribunal apreciou questão diversa que se traduz nos requisitos para que o próprio Estado possa reconhecer as imunidades e inviolabilidades inerentes ao estatuto de enviado especial, não se entende como e em que termos é que isso é estranho ao problema de compatibilidade constitucional normativa que se tinha de resolver.

Tanto assim é que o Supremo Tribunal de Justiça precisou especificamente este ponto quando formulou arrazoado no sentido de que “o reconhecimento do estatuto de enviado especial do Requerente por um terceiro Estado, pelo qual esteja em trânsito, depende da verificação de certos requisitos, (...). Ou seja, esse Estado só se constitui na obrigação de observar a inviolabilidade e as imunidades de uma missão especial se tiver sido previamente informado, através de pedido de visto ou de uma notificação, do trânsito da(s) pessoa(s) em missão e não tenha colocado objeções”.

Nesta linha, o reconhecimento desse estatuto, e as inviolabilidades e imunidades jurisdicionais que estão no seu centro para efeitos do Estado de Trânsito e que foram discutidos pela decisão impugnada, é feito em nome da República, pelos tribunais nacionais, nas situações em que a norma em questão vincular o Estado de Cabo Verde e que as condições previstas para o seu usufruto estejam reunidas. Para se fazer tal determinação, é evidente que o Tribunal Constitucional teria de estabelecer preliminarmente que o Estado de Cabo Verde está vinculado à norma que é invocada como base para sustentar o reconhecimento desse estatuto específico por um Estado de Trânsito, e verificar se as condições por ela previstas para o exercício das imunidades jurisdicionais e imunidades que prevê, estão preenchidas antes de proceder ao competente escrutínio de inconstitucionalidade, direta ou indireta, e disse-o expressamente no ponto 5.3. do Acórdão ora arguido de nulidade.

Desenvolvendo, em seguida, entendimento de que o reconhecimento interno de tal estatuto, composto por inviolabilidades e imunidades jurisdicionais criminais pelo Estado (e, logo, pelos seus Tribunais) depende de o Estado de Envio ter informado previamente o Estado Terceiro e, concomitantemente, de este não se ter oposto ao trânsito. Expondo, então, posição de que, em função disso, uma norma hipotética que permita aos tribunais cabo-verdianos, que são órgãos do Estado, negar tal reconhecimento a um extraditando como enviado especial após o reconhecimento desse estatuto por um Estado de Envio e por um Estado de Receção não é desconforme a norma internacional, convencional ou consuetudinária, que vincule o Estado de Cabo Verde, não padecendo, assim, de inconstitucionalidade indireta (5.6.4). Nem é incompatível à cláusula constitucional consagradora do princípio da não-ingerência ou ao princípio jus-internacional da não-intervenção (5.7. e ss). Daí concluindo, nos termos que também vieram a constar da parte decisória, que não considerava que essa norma hipotética aplicada pelo Supremo Tribunal de Justiça fosse desconforme à Constituição (5.8; 2b)).

6.3.3. Na verdade, o que o recorrente aparentemente pretendia era que o Estado de Cabo Verde e os seus tribunais ficassem sujeitos ao reconhecimento interno de um estatuto de enviado especial e das inviolabilidades e imunidades jurisdicionais criminais que o caracterizam pelo mero facto de o Estado de Envio e do Estado de Receção o terem considerado como tal, daí agora não lhe interessar considerar a parte final da norma que ele próprio reconhece ter pedido que fosse escrutinada, pois tal tese foi afastada,

porquanto considerou-se que uma norma hipotética segundo a qual “O reconhecimento de estatuto de enviado especial somente cabe ao Estado de Cabo Verde, sem o qual os tribunais cabo-verdianos não podem reconhecer essa qualidade, permitindo a um tribunal cabo-verdiano negar reconhecimento de um extraditando como enviado especial, após o reconhecimento do seu estatuto tanto pelo Estado de envio como pelo Estado que o ia receber”, não padece de qualquer inconstitucionalidade, direta ou indireta.

6.3.4. Concluindo-se que o Tribunal se pronunciou de forma estrita sobre a questão de constitucionalidade normativa que deveria ter conhecido. Portanto, mais uma vez, improcede a arguição da nulidade neste quesito.

6.4. Conforme descrito no item 2.4. do Relatório, com base em argumentos ali reproduzidos, o Requerente suscita ainda a nulidade da alínea i) da parte decisória referente à inconstitucionalidade de recusa de aplicação de normas do ordenamento jurídico da CEDEAO, remetendo para a alínea d) do número 1 do artigo 577 do Código de Processo Civil, tanto pelo facto de alegadamente se ter conhecido de questão que não podia tomar conhecimento como por se ter deixado de pronunciar sobre questão que devesse apreciar.

6.4.1. Apesar das dificuldades que o Tribunal teve para entender este segmento da impugnação no seu todo, julga que o Requerente parece alegar que o Supremo Tribunal de Justiça não se recusou a aplicar nenhuma norma por motivos de inconstitucionalidade por violação do princípio da soberania nacional, mas sim recusou-se a aplicá-la porque entendeu que “para que um tratado entre em vigor na esfera jurídica interna e tenha eficácia plena em conformidade com a Constituição tem de ser assinado e ratificado”, logo que o Tribunal Constitucional pronunciou-se sobre questão que não devia apreciar; e que, por outro lado, deixou de considerar a questão que identificou através do parágrafo 1040 da sua peça de alegações finais. Desde logo, as duas pretensões parecem mutuamente excludentes, parecendo estar o requerente algo indeciso quanto ao que pretende, porque se, como diz, o tribunal *a quo* não recusou a aplicação das normas da CEDEAO com fundamento na sua inconstitucionalidade, mas antes por ter entendido “que para que um tratado entre em vigor na esfera jurídica interna e tenha eficácia plena em conformidade com a Constituição tem de ser assinado e ratificado”, perguntar-se-ia primeiro, qual foi a norma que foi desaplicada se não foi, como reitera no parágrafo 27



desta peça, “as normas dos artigos 15º, 4, do Tratado Revisto, e 34, 89 e 90 (Protocolos de 1991 [e] 2005 sobre o Tribunal de Justiça da CEDEAO”? Porque o que está antes desta fórmula não indica qualquer norma desaplicada. Seria, em bom rigor, um argumento utilizado pelo órgão judicial recorrido e, no limite, então uma norma aplicada que, como o Requerente reconhece, nunca impugnou, nem sequer nesta fase. Portanto, com o devido respeito, tudo isso já indicia uma construção de última hora para tentar obter, sem fundamento, alguma declaração de nulidade, alterando as suas pretensões ou reajustando-as depois da decisão e tendo a oportunidade de a colocar antes, de acordo com o seu livre entendimento.

6.4.2. A alegação que o Tribunal deveria ter conhecido de outra questão por si colocada é estruturalmente muito complicada de lidar e muito difícil de entender, nomeadamente considerando o que o próprio recorrente alega na sua peça, parecendo estar, mesmo retrospectivamente, indeciso entre sustentar que, afinal, não teria impugnado uma recusa, mas antes a aplicação de uma norma hipotética pelo órgão judicial recorrido.

A questão de constitucionalidade que, nesta fase, sustenta que o Tribunal devia ter conhecido estaria formulada em termos de acordo com os quais “Das normas que não foram aplicadas nas decisões são as dos artigos 15 nº 4, do Tratado Constitutivo da CEDEAO, artigos 34, 89 e 90 (Protocolos de 1991 e 2005) do Tribunal de Justiça da CEDEAO” porque violam a soberania nos termos do artigo 3º da Constituição da República e com sentido interpretativo ‘o reconhecimento que os Tribunais cabo-verdianos viessem a fazer da CEDEAO, como uma organização supranacional, no sentido de os seus atos [entrarem] automaticamente em vigor na ordem jurídica interna sem qualquer ato de mediação, comportaria o risco de reduzir a cinzas a soberania de Cabo Verde’ e nessa dimensão e extensão violam as normas constitucionais dos artigos 3º, 12º, n.s 1 e 3, e 210 da CRCB [V???] e os artigos 89 e 90 do Tratado da CEDEAO e, por isso, existe uma inconstitucionalidade e deve ser declarada”.

Não haverá dúvidas que o requerente atribui ao Supremo Tribunal de Justiça a não aplicação de normas. Não só o recorrente utiliza a expressão “não foram aplicadas nas decisões (...) porque violam a soberania do país nos termos do artigo 3º da Constituição”, como começa o segmento dessa questão de constitucionalidade, declarando que “o STJ recusou a aplicação dos artigos (...)” como continua a pretender que disso decorreria uma

outra recusa de aplicação que deveria ter sido escrutinada ao invés da que foi. Só que até agora não se sabe qual foi essa outra norma que foi desaplicada por motivos de inconstitucionalidade além daquela que identifica no trecho que traz à discussão segundo o qual “[à]s normas que não foram aplicadas nas decisões” seriam as dos artigos 15 n° 4 do Tratado Constitutivo da CEDEAO, artigos 34, 89 e 90 [presume-se do mesmo instrumento] e Protocolos de 1991 e 2005 do Tribunal de Justiça da CEDEAO” dizendo claramente que “porque violam a soberania nos termos do artigo 3° da Constituição da República (...)”. Sim, porque por mais que se revire o trecho seguinte da sua formulação linguística, nomeadamente da expressão “(...) o trecho com sentido interpretativo ‘o reconhecimento que os Tribunais cabo-verdianos viessem a fazer da CEDEAO, como uma organização supranacional, no sentido de os seus atos [entrarem] automaticamente em vigor na ordem jurídica interna sem qualquer ato de mediação’ ou a do parágrafo 27 no sentido de que “por ter entendido que para que um tratado entre em vigor na ordem jurídica cabo-verdiana, tenha eficácia plena em conformidade com a Constituição, deve ser assinado e ratificado” não se encontra qualquer outra norma que se tenha desaplicado, pela singela razão de que, ao contrário dos casos em que aplica normas hipotéticas, não é o órgão recorrido que constrói interpretativamente a norma que desaplica por motivos de inconstitucionalidade. Por conseguinte, inserido num contexto de alegação de inconstitucionalidade por recusa de aplicação de norma, tal trecho, como foi entendido pelo Tribunal, não faz parte da norma, antes integra o rol de argumentos que o órgão judicial elenca para justificar o seu afastamento. Tampouco e de modo ainda mais óbvio consegue-se encontrar a norma cuja aplicação foi recusada no trecho final do parágrafo 28, conforme o qual “e nessa dimensão e extensão violam as normas constitucionais dos artigos 3°, 12°, n.s 1 e 3, e 210 da CRCB e os artigos 89 e 90 do Tratado da CEDEAO e, por isso, existe uma inconstitucionalidade e deve ser declarada”, o qual, por motivos evidentes, somente indica os parâmetros que pretendia ver utilizados no escrutínio de constitucionalidade.

Isso num contexto em que passou o tempo todo a reapresentar a sua tese de que se imporia ao Supremo Tribunal de Justiça um dever de acatamento da decisão do Tribunal de Justiça da CEDEAO, citando o mesmo artigos 15, parágrafo 4, dizendo que ele “acaba por sedimentar que a simples adesão ao Tratado da CEDEAO automaticamente atribuiu uma vinculação aos seus órgãos e instrumentos legais, incluindo, claro está, ao Tribunal da CEDEAO, pelo que a assinatura e ratificação dos posteriores protocolos de

funcionamento do Tribunal da CEDEAO (desde o Protocolo de 1991 ao Protocolo de 2005), sempre teriam um caráter de complementaridade”, os artigos 89 e 90 do Tratado que cita em francês para concluir que “o Tratado da CEDEAO torna como seus (...) todos os futuros protocolos que sejam celebrados pelos seus Estados-Membros desde que tenham, com aquele, uma conexão relevante (artigo 89º do Tratado Revisto), ii) estipula um mecanismo inicial (e que parece ser depois republicado, com alterações, nos protocolos de 1991 e 2005) de ratificação automática, iii) fecha o círculo ao, no seu artigo 90, número 3, consagrar que todos os aditamentos e revisão sempre serão ratificados de acordo com o critério do artigo 89 (...) e ainda que “o protocolo de 1991 foi posteriormente densificado por outros”. Assim sendo, expõe tese de que “não se pode aceitar uma leitura jurídica que analise de forma compartimentalizada os instrumentos jurídicos utilizados, (...)”.

Por conseguinte, a rigor, num tipo de processo em que o Tribunal não conhece questões genéricas trazidas pelo recorrente, mas somente uma que se materializa numa norma, real ou hipotética, que tenha sido aplicada ou cuja aplicação se recusou por motivos de inconstitucionalidade, os trechos em que se suporta a alegação sequer trazem ou permitem inferir qualquer norma alternativa que o requerente pretende que devia ter sido escrutinada cuja aplicação foi recusada, mantendo-se em assertivas genéricas como “ao não conhecer da questão de constitucionalidade suscitada pelo Extraditando (...)” sem identificar, em termos processuais adequados, qual seria a questão concreta – necessariamente normativa – que o Tribunal não conheceu, tal alegação é desprovida de todo o sentido.

Outrossim, a norma que foi escrutinada e declarada inconstitucional, confirmando-se o entendimento do Egrégio Supremo Tribunal de Justiça, foi construída de forma rigorosa em cima da única norma constante das peças do recorrente que poderia ter sido desaplicada e que teria na sua base prescrição a obrigar o cumprimento de decisões do Tribunal de Justiça da CEDEAO. Mais: esta norma que foi admitida pelo Tribunal já constava do memorando apresentado no qual, de forma clara, se explicitava o mesmo trecho que, segundo o requerente, erroneamente terá identificado o objeto de recurso, nomeadamente formulando a questão em termos de se saber “Se a interpretação dos artigos (...) do Tratado Constitutivo da CEDEAO e os Protocolos Relativos ao Tribunal de Justiça da CEDEAO de 1991 e de 2005, no sentido de determinarem o

cumprimento de decisão do TJ-CEDEAO, cuja aplicação o Supremo Tribunal de Justiça recusou, (...) (3.12). Na ocasião, tendo recebido o documento antes de se preparar para a audiência pública, nesta não só não disse nada a respeito da construção da questão, ao contrário do que fez em relação a outras já mencionadas neste acórdão (4.2.3), como centrou quase um terço do tempo legal alocado para as suas alegações orais a discutir precisamente o parâmetro central da questão que agora considera que não deveria ter sido conhecida: o princípio da soberania nacional. Fê-lo partilhando considerações doutrinárias que considerou importantes sobre a sua tese da subordinação desse princípio aos direitos humanos, nada dizendo a respeito dos demais parâmetros que teriam servido de suporte à recusa de aplicação da não identificada norma pelo Supremo Tribunal de Justiça, e não tecendo qualquer outra consideração sobre qualquer questão diversa que dissesse respeito à CEDEAO, nem mesmo sobre o que agora considera uma errónea definição da questão pelo Acórdão.

Em suma, o Tribunal Constitucional, neste particular, conheceu a única questão de constitucionalidade normativa de recusa de aplicação que poderia ter decorrido da forma como a questão foi impugnada pelo recorrente, dizendo respeito a norma hipotética decorrente de um conjunto de preceitos do Tratado Revisto da CEDEAO, do Protocolo de 1991 e do Protocolo Complementar de 2005, portanto ao regime jurídico do Tribunal de Justiça, que, ao abrigo de diversos argumentos utilizados, imporia um dever de cumprimento de decisão exarada por esse órgão judicial, discutiu os argumentos a ela associados invocados pelos intervenientes processuais, considerou todo o arrazoadado e os pontos centrais na douda fundamentação exposta pelo órgão judicial recorrido e ponderou vários elementos contantes dos autos e outros que inventariou. Simplesmente, considerou que se confirmava a inconstitucionalidade dessa norma hipotética e, por isso, a declarou inconstitucional com os efeitos decorrentes da Constituição e da Lei com os fundamentos que arrolou. Por conseguinte, outra alternativa não resta ao Tribunal Constitucional a não ser considerar que não deixou de se pronunciar sobre questão que devesse conhecer nos termos da alínea d) do número 1 do artigo 577 do CPC.

6.4.3. Em relação à alegação de que se conheceu de questão de que não podia tomar conhecimento não tem qualquer fundamento e nem deve ser conhecida no mérito por não decorrer de nenhuma causa de nulidade do acórdão. Primeiro, todo o arrazoadado de suporte do Requerente em relação a este segmento decorre da manipulação errada de

conceitos para atribuir posições que não decorrem do acórdão, denotando alguma indefinição sobre como impugnar e estruturar uma questão de constitucionalidade normativa por recusa de aplicação de norma com fundamento em inconstitucionalidade e uma questão de aplicação de normas a que se atribui vício de constitucionalidade. E também uma incompreensão a respeito da diferença entre uma norma real e uma norma hipotética, logo uma norma pressuposta, de um ponto de vista lógico-jurídico, como estando na base de uma tese jurídica ou de uma decisão judicial, norma essa que foi construída interpretativamente pelo recorrente a partir de preceitos insertos em vários instrumentos jurídicos e institutos de Direito Internacional que utilizou para fundamentar uma alegação de obrigação de cumprimento de uma decisão que se imporia aos tribunais cabo-verdianos. A norma hipotética seja para efeitos de aplicação ou para efeitos de desaplicação não tem de fazer parte do ordenamento jurídico, simplesmente é pressuposta, no primeiro caso, como sendo determinante para uma decisão judicial inconstitucional ou no segundo para uma norma putativa construída pelo recorrente que o Tribunal desaplica.

Segundo, não tendo que se pronunciar sobre qualquer outra norma que terá sido aplicada ou não pelo órgão judicial recorrido, é entendimento do Tribunal que a única norma cuja aplicação foi recusada em relação à questão constitucional teria que ver com a construção hipotética apresentada pelo requerente de que haveria uma norma a determinar a obrigação de cumprimento de decisão do Tribunal da CEDEAO, assente em disposições de tratados invocados, sobretudo o Protocolo Complementar de 2005, aplicáveis isolada ou conjugadamente. Porque para o Supremo a questão central seria a de saber se “o Estado de Cabo Verde deve obediência às decisões da CEDEAO, proferidas no exercício das competências que lhe confere esse protocolo de 2005”, questão que se propõe tratar a partir da discussão do princípio da soberania nacional e do seu corolário do consentimento dos Estados e considerando a partir dali diversas situações em que ele se podia ter materializado. Dessa premissa, segundo entendeu este Tribunal, extraiu *ratio* de que não estando o Estado de Cabo Verde obrigado a cumprir qualquer preceito a impor um dever de cumprimento das decisões por não se ter a eles vinculado formalmente, seria incompatível com o princípio da soberania nacional aplicar norma hipotética a impor o cumprimento de decisão do Tribunal de Justiça da CEDEAO. Por isso, recusando a sua aplicação.

Terceiro, estas constatações são, de um ponto de vista prático, irrelevantes para efeitos de possível de declaração de nulidade pelo facto de o Tribunal ter alegadamente conhecido de questão que não devia ter tomado conhecimento. À luz do segundo segmento da alínea d) do número 1 do artigo 577 do Código de Processo Civil, a nulidade por excesso de pronúncia, somente ocorre quando o Tribunal conheça de questão que não tenha sido impugnada pela parte, não um suposto erro na determinação da norma que foi aplicada ou desaplicada por um órgão judicial em sede de fiscalização concreta da constitucionalidade.

O que o requerente está a alegar é que não a podia conhecer porque o Supremo Tribunal de Justiça não terá recusado a aplicação da norma que impugnou, mas de outra diferente. Se assim fosse, por um lado, o Requerente estaria a incorrer num evidente *venire contra factum proprium*, impugnando a constitucionalidade da desaplicação de uma norma ou formulando a questão de forma imprecisa para depois na fase terminal do processo, depois de ela estar escrutinada, alegar que, afinal, ela não foi desaplicada pelo órgão recorrido. Do outro, mesmo que o Supremo Tribunal de Justiça não tivesse recusado a aplicação da norma que foi escrutinada por esta Corte, questão já analisada, quando muito disso se inferiria que esta, induzida em erro, cometeu um erro de julgamento, não se produzindo qualquer consequência adicional. Relevando a questão somente para efeitos das relações interinstitucionais que se processassem entre o Tribunal Constitucional e os tribunais judiciais, neste caso o Egrégio Supremo Tribunal de Justiça, em termos de potencial de repercussão da decisão do Tribunal sobre o aresto recorrido, nunca a sua nulidade.

Por conseguinte, não houve aqui qualquer conhecimento de questão que o Tribunal não devesse conhecer à luz da parte final da alínea d) do número 1 do artigo 577 do Código de Processo Civil, não podendo ser estimada a impugnação do recorrente.

6.4.4. Determinando assim a improcedência da alegação de nulidade do acórdão quanto a este item.

6.5. Não identificando qualquer segmento concreto, o requerente alega na sua AN-VI que o acórdão também seria nulo por haver oposição dos fundamentos com a decisão quanto à qualidade de arguido do extraditando e à natureza do processo de extradição, na

medida em que conforme entendeu, o Tribunal, embora tenha partido da premissa base de que o extraditando não é arguido, em muitas passagens do acórdão qualifica-o como tal. Argumenta que essa contradição seria ainda manifesta porque feito um raciocínio lógico, partindo do princípio de que a doutrina considera o extraditando arguido, a decisão tinha que ser naturalmente oposta ao que foi decidido. Além disso, pelos vistos, também porque contrariaria certas opções legislativas orgânicas dos tribunais e suas práticas; porque seria desconforme às posições do Supremo Tribunal de Justiça e do Ministério Público conforme expostas pelo “recurso interposto”; por divergir das próprias teses do Requerente, atribuindo ao Tribunal as suas próprias formulações expostas no Relatório (3.1.1, p. 5), e porque, no mínimo, os fundamentos do acórdão teriam de exprimir um sentido inteligível. É evidente que essas alegações de contradição entre fundamento e decisão não fazem sentido.

6.5.1. Primeiro, toda e qualquer tentativa de suscitação de nulidades que opõem a decisão do Tribunal Constitucional a eventuais correntes doutrinárias ou jurisprudenciais ainda que sejam unânimes ou maioritárias, boas ou más, devem ser liminarmente rejeitadas pela simples razão disso ser absurdo. Nem o Tribunal usa de forma assim tão ampla a doutrina como pretende o Requerente, nem tão-pouco tem um dever de a usar e muito menos ancorar qualquer posição que tenha e que determina a partir da sua interpretação das normas aplicáveis, nomeadamente da Constituição, em citações doutrinárias e jurisprudências, muito menos na denominada “boa doutrina”, convenientemente a que suportaria as teses do Requerente.

6.5.2. Segundo, a existência de contradição entre fundamentos e a decisão pelo facto de “no recurso interposto” o MP e o STJ alegadamente considerarem o Extraditando Arguido e o TC na parte final da sua decisão não o considerar é tão fora do padrão que se fosse seguida à letra o Tribunal nem sequer poderia declarar a inconstitucionalidade de norma que o Supremo Tribunal de Justiça tenha aplicado ou que o Ministério Público tenha considerado não ser inconstitucional por ter de seguir as suas posições. Mais ainda é aquela que funda a contradição no facto de o requerente ter uma posição em sentido diferente reproduzida no relatório.

6.5.3. Terceiro, a contradição aparente que o Requerente invocou não é entre a fundamentação e a decisão. Designadamente porque não indica um único trecho da

decisão que seria contraditado pelos fundamentos, limitando-se a indicar outros segmentos da fundamentação (11.5). A suposta contradição seria, então, entre dois segmentos da fundamentação, o que é coisa bem diferente, não coberta por qualquer causa de nulidade. Outrossim, o que se verifica no acórdão é que todas as vezes que o Tribunal se refere ao extraditando ou ao processo de extradição foi no sentido de que o extraditando não seria arguido e que o processo de extradição seria distinto do processo penal, pelo que as garantias de processo penal reservadas ao arguido não teriam, enquanto tais, aplicação ao processo de extradição passiva e, portanto, ao extraditando.

Diz ainda que o Acórdão terá sido contraditório, pois em três momentos utilizou a expressão arguido para designar o extraditando. Antes de tudo, isso nunca seria causa de nulidade por contradição entre fundamentos e decisão. Ainda que o Tribunal tivesse utilizado as três vezes que o requerente aponta a expressão arguido para designar o extraditando, considerando que todas as considerações que perpassam o texto explicitam claramente a sua posição quanto a esta questão, isso corresponderia mais a situação de retificação do acórdão por lapso manifesto do que de nulidade por contradição entre os fundamentos e a decisão do aresto. Além disso, duas das três ‘evidências’ dessa suposta contradição nem se referem a qualquer fundamento que tenha sido utilizado em quesitos que pressupusessem, para determinação dos parâmetros aplicáveis, essa distinção, portanto seriam inidóneos para estabelecer qualquer contradição entre o fundamento e a decisão.

6.5.4. Acresce que nenhuma contradição se verifica neste aspeto, pois em nenhuma passagem o Tribunal considera o extraditando arguido como o Requerente parece inferir. Nas vezes em que utilizou a expressão arguido foi para citar uma norma da Lei da Cooperação Judiciária Internacional em Matéria Penal, para se referir à argumentação do Ministério Público e para mencionar uma decisão de um Tribunal dos Estados Unidos da América em situação que não tem nada a ver com a extradição e que foi citada no item dedicado a imunidades diplomáticas. Não pode o Requerente pretender que o Tribunal Constitucional pela posição que adotou – e mantém – a respeito dessa distinção no contexto utilizado já não possa recorrer à palavra ‘arguido’ quando ela decorra de uma norma de uma lei ordinária que cita – e que, diga-se, refere-se, em sede de princípio da especialidade, a situação de extradição ativa e não de extradição passiva – quando reproduz palavras proferidas por uma outra entidade que devem ser



apresentadas da forma o mais neutra possível, ou remete a decisão de tribunal estrangeiro, que, fora de um quadro de cooperação judiciária internacional em matéria penal, nomeadamente de extradição, se pronuncia sobre crime sujeito à sua jurisdição criminal como aconteceu em *Sissoko*.

6.5.5. Assim, improcede também esta arguição da nulidade.

6.6. O requerente arguiu ainda como AN-VII [A] a nulidade por omissão de pronúncia e contradição entre fundamentação e decisão da parte do acórdão que decidiu por maioria, não declarar a inconstitucionalidade de norma hipotética decorrente do artigo 56, parágrafo segundo, da Lei da Cooperação Judiciária Internacional em Matéria Penal, nos termos da alínea h) da parte dispositiva do *Acórdão 29/2021, de 30 de agosto*, respeitante à questão da audiência pública porque no seu entender que a questão de inconstitucionalidade que havia levantado era bem maior do que aquela que foi decidida pelo Tribunal. Além de considerar que a Corte Constitucional omitiu ou esqueceu-se da palavra “publicidade” na fase da decisão, a sua questão residiria no facto de ele não ter sido ouvido em audiência pública na fase de julgamento e não que ele estivesse a exigir que fosse ouvido duas vezes em audiência na fase de julgamento. E haveria ainda uma contradição entre a fundamentação e a decisão, na medida em que numa parte dela deriva os direitos que assistem ao extraditando do princípio do processo equitativo e noutra infere-os das garantias decorrentes do artigo 22 da Constituição, que seriam coisas muito diferentes, uma forma que a Corte terá utilizado para se furtar à aplicação do princípio da publicidade das audiências.

6.6.1. Não parece proceder a argumentação de que houve falta de pronúncia, porquanto a norma que o requerente pretende que não foi conhecida é reproduzida na peça com teor segundo o qual teria sido aplicada dispondo que “a lei não impõe, nem direta, nem indiretamente que o Extraditando seja ouvido numa segunda audiência perante o juiz, quando na verdade tinha sido ouvido no momento da sua detenção, antes do início da fase judicial ou do despacho do PGR que o promove, ou seja, de não ser obrigatória a audição do Extraditando antes de ser proferida a decisão de extradição, em audiência pública oral, contraditória quando tiver requerido a realização de diligências de prova, designadamente a inquirição de testemunhas”, grifando o segmento “quando na verdade tinha sido ouvido no momento da sua detenção, antes do início da fase judicial

ou do despacho do PGR que o promove”, o qual terá sido desconsiderado quando o Tribunal terá feito a questão afastando-se dos seus “exatos termos” (para. 109), que, segundo se apercebe, seria que devia ter sido ouvido, no tribunal, na fase de julgamento em audiência, em consonância com as normas constitucionais (para. 116).

6.6.2. É evidente que a tese do requerente não pode proceder. Não só porque essa construção linguística que agora apresenta dificilmente pode ser considerada como uma norma, não se conseguindo precisar se o segundo segmento é a reprodução do primeiro interligado pela locução “ou seja” ou se são duas normas diferentes, sendo estruturada mais como um argumento do que propriamente como uma norma, ainda que hipotética. Além disso, o segmento grifado não parece inserir nenhum elemento novo relevante do ponto de vista normativo, porque se a norma hipotética que foi conhecida já está a projetar o conceito de uma segunda audiência perante o juiz, no sentido em que foi entendido, pressupõe-se que ela decorra depois de uma primeira audiência; terceiro, em nenhum momento o Tribunal considerou ou pressupôs que ela teria no seu bojo a ideia de que a norma seria inconstitucional pelo facto de não impor que o Requerente fosse ouvido “duas vezes em audiência pública em julgamento”; quarto, a fórmula utilizada pelo Acórdão decorre diretamente do que o requerente impugnou na peça de aperfeiçoamento ao dizer literalmente que “a decisão procedeu à aplicação dos artigos [que enumera] com o seguinte sentido interpretativo: que na tramitação do processo de extradição passiva não impõe que o julgamento, no TRB, enquanto tribunal de primeira instância e não tribunal de recurso, seja efetuada em audiência, mas sim em conferência”, completando que “a lei não impõe, nem direta, nem indiretamente, que o extraditando seja ouvido numa segunda audiência perante o juiz”, agregando a seguinte expressão também atribuída ao Supremo Tribunal de Justiça: “Em nosso entendimento não viola qualquer norma da Constituição ou princípio nela consagrado” e dizendo que “na aplicação das normas legais houve violação das normas constitucionais constantes [de um conjunto de preceitos constitucionais]”.

Não é nem mais nem menos os componentes normativos que foram utilizados para identificar a norma hipotética impugnada e para formular a questão que o Tribunal conheceu, nos termos da qual “A tramitação do processo de extradição passiva não impõe que o julgamento na Relação, enquanto tribunal de primeira instância e não tribunal de recurso, seja feito em audiência, mas sim em conferência, na medida em que a lei não

determina, nem direta nem indiretamente, que o extraditando seja ouvido numa segunda audiência perante o juiz”. E é a essa questão de constitucionalidade normativa que já constava do memorando e que o Tribunal admitiu e respondeu no mérito decidindo “[p]or maioria, não declarar a inconstitucionalidade de norma hipotética decorrente do artigo 56, parágrafo segundo, da Lei da Cooperação Judiciária Internacional em Matéria Penal, segundo a qual A tramitação do processo de extradição passiva não impõe que o julgamento na Relação, enquanto tribunal de primeira instância e não tribunal de recurso, seja feita em audiência, mas sim em conferência, na medida em que a lei não determina, nem direta nem indiretamente, que o extraditando seja ouvido numa segunda audiência perante o juiz”. Inclusive considerando o modo como decorreu o processo de extradição do ponto de vista da realização das audiências e pronunciando-se no sentido de que o extraditando foi “ouvido no momento em que a lei o impõe, (...)”, descartando que fosse inconstitucional norma hipotética que não impusesse a realização de segunda audiência que fosse pública. Portanto, pronunciou-se exatamente sobre a questão normativa que foi colocada pelo requerente, conduzindo à inevitável improcedência desta alegação.

6.6.3. Em relação à suposta contradição não há muito que discutir porque ela, quando se analisa o que argumenta o requerente, é entre dois segmentos da fundamentação porque alegadamente não haveria consistência entre os parâmetros anunciados no segmento em que se discutiu a cognoscibilidade da questão (pp. 50-53) e na parte de análise do mérito (p. 145). Os primeiros remeteriam a princípios e os segundos a garantias, apelando-se a conceitos com diferenças filosóficas, dogmáticas e jurídicas, e acusando-se a Corte de o ter feito para não utilizar o princípio da publicidade como parâmetro, havendo, assim, oposição entre eles. E razão para que não se tenha de dissertar muito a este respeito é muito simples: a causa de nulidade invocada somente se materializa quando há contradição entre o fundamento e a decisão e não em situações de oposição entre fundamentos ou entre parâmetros.

Além disso, vir dizer que, estrategicamente, isso foi feito para que o Tribunal não tivesse de considerar o princípio da publicidade da audiência no escrutínio que dedicou a essa questão é absolutamente falso. Fê-lo de forma clara citando longamente o Acórdão 29/2019, de 30 de julho, enfatizando precisamente a dimensão principiológica da audiência pública, ao endossar o argumento ali utilizado e ao remeter para o número 4 do artigo 211 no qual estaria em causa “um princípio objetivo decorrente do conceito

constitucional de Estado de Direito e que integra a Constituição Judiciária do país, acolhendo uma das principais dimensões da publicidade do processo penal”. Num segmento que começa precisamente por colocar a questão de se saber se “a norma aplicada pelo Supremo Tribunal de Justiça viola o princípio da audiência pública”.

6.6.4. Nem esta nem qualquer outra contradição tendo sido demonstrada, não se pode estimar a arguição de nulidade do requerente neste segmento, determinando, assim, a improcedência da alegação de que houve omissão de pronúncia e contradição do segmento impugnado do *Acórdão 39/2021, de 30 de agosto*.

7. E assim de toda a arguição de nulidade, que deve ser considerada improcedente, posto que:

7.1. Remete para duas situações de alegadas nulidades na tramitação processual por se ter suspenso a conferência e por se ter adotado o que se chama de decisões-surpresa em relação a questões que não foram conhecidas no mérito, as quais, todavia, nem decorrem da preterição de qualquer exigência legal, muito menos uma que seja cominada de nulidade;

7.2. Refere-se a supostas nulidades pelo facto de o acórdão não identificar quem foi o relator e pelo facto de o acórdão ter sido redigido por todos os juízes *per curiam* e não por um juiz em substituição do relator. Porém, sem que se verifique qualquer descumprimento da lei conforme interpretada pelo Tribunal, muito menos uma desconformidade que pudesse ter influído no exame ou na decisão e atingido direitos processuais do requerente, e num contexto em que as pretensas nulidades não se enquadram nas causas típicas de falta de assinatura ou de acórdão lavrado contra o vencido;

7.3. Concerne a putativas nulidades por omissão de pronúncia, excesso de pronúncia ou de contradição entre os fundamentos e a decisão de vários quesitos decisórios. Contudo, sem que tais contradições tenham sido comprovadas ou verificadas; em que as questões que não teriam sido conhecidas decorrem de formulações novas ou tardias, muitas vezes sem teor normativo e sem que tenham sido aplicadas ou desaplicadas pelo órgão judicial recorrido; e em que o invocado excesso de pronúncia não só não se

confirma, como não configura questão que o tribunal não devesse conhecer à luz do segundo segmento da alínea d) do número 1 do artigo 577 do Código de Processo Civil.

### **III. Decisão**

Pelo exposto, os Juízes Conselheiros do Tribunal Constitucional, reunidos em Plenário, decidem julgar improcedente o pedido de declaração de nulidade do *Acórdão 39/2021, de 30 de agosto*.

Registe, notifique e publique.

Praia, aos 13 de outubro de 2021

Pelo Tribunal,

*José Pina Delgado*  
*Aristides R. Lima*  
*João Pinto Semedo*

### **ESTÁ CONFORME**

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, aos 13 de outubro de 2021.

O Secretário,

*João Borges*